



REVISTA
Agenda Social

ELETRONIC JOURNAL



APOIADORES INSTITUCIONAIS



Leea 25
anos



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
**POLÍTICAS
SOCIAIS**

REVISTA AGENDA SOCIAL Programa de Pós-Graduação
em Políticas Sociais Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Editora chefe: Profa. Dra. Silvia Alicia Martinez

EDITORES:

Profa. Dra. Renata Maldonado da Silva
Prof. Dr. Carlos Abraão Valpassos
Prof. Dr. Marcos Antonio Pedlowski

CONSELHO CIENTÍFICO

Profa. Dra. Alzira Batalha Alcântara (UERJ)
Prof. Dr. Carlos Eduardo Rosa Martins (UFRJ)
Prof. Dr. Fábio Py (IUPERJ)
Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves (UNB)
Prof. Dr. Leonardo Bis dos Santos (IFES)
Profa. Dra. Manuela Vieira Blanc (UFES)
Profa. Dra. Marcia Soares de Alvarenga (UERJ)
Prof. Dr. Pablo Álvarez Domínguez (Universidad de Sevilla)
Prof. Dr. Rogério Lopes Azize (UERJ)
Profa. Dra. Vera Lúcia Navarro (USP)

ARTE/DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO

InTecMidia Soluções (CNPJ: 19.475.521/0001-23)

RESPONSÁVEIS PELA REVISÃO CIENTÍFICA DOS ARTIGOS SUBMETIDOS PARA ESTA EDIÇÃO

Alexandre Barbalho
Alesxandro Fernando do Carmo
Aline Weschenfelder
Fabrício Monteiro Neves
Renata Melo de Souza

ARTIGOS EM FLUXO LIVRE

BELEZA, ADOLESCÊNCIA E INSTAGRAM: UMA REVISÃO DE LITERATURA

ALINE DOS SANTOS ALVES LIBERATO E
BRUNA TEIXEIRA CARNEIRO

4

DESIGUALDADE E DEMOCRACIA: AMBIGUIDADES ACERCA DA ADESÃO AO REGIME DEMOCRÁTICO ENTRE OS NORDESTINOS

WARLEY FERREIRA SILVA E
BRUNO MELLO SOUZA

11

POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA AO ADOLESCENTE INFRATOR: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

MARIA CHRISTINA DOS SANTOS E
BRUNO MARTINS AUGUSTO GOMES

21

BELEZA, ADOLESCÊNCIA E INSTAGRAM: UMA REVISÃO DE LITERATURA
BEAUTY, ADOLESCENCE AND INSTAGRAM: A LITERATURE REVIEW
BELLEZA, ADOLESCENCIA E INSTAGRAM: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

■ ALINE DOS SANTOS ALVES LIBERATO ¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1611-9598>

■ BRUNA TEIXEIRA CARNEIRO ²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2567-375X>

RESUMO

Nos últimos anos, as rápidas transformações tecnológicas têm desempenhado um papel significativo na modelagem do cenário social contemporâneo. Entre as diversas plataformas surgidas nesse espaço, o Instagram se destaca como uma influente rede social, especialmente popular entre os adolescentes. Nesse contexto, o presente artigo de revisão de literatura possui como objetivo analisar o impacto gerado pelo Instagram em adolescentes do sexo feminino, explorando a complexa interação entre mídias sociais, adolescência e imagem corporal. A pesquisa inicial foi conduzida utilizando as bases de dados Scielo Brasil, Capes e Google Acadêmico, o que resultou na identificação de 23 estudos relacionados à temática proposta. Após um refinamento adicional, com base na leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 14 trabalhos para uma análise mais aprofundada. Os resultados indicam que a exposição constante das adolescentes aos padrões estéticos promovidos pelo Instagram pode exercer uma influência significativa na formação de suas identidades e na percepção da imagem corporal. Chama-se atenção também para a atual escassez de pesquisas acadêmicas dedicadas ao tema, destacando a necessidade urgente de abordagens mais abrangentes e focalizadas. Essa lacuna evidencia a importância de se ampliar a compreensão sobre os potenciais impactos psicossociais do Instagram na vida dos adolescentes. Por fim, ressalta-se a importância da promoção de uma cultura online mais saudável e empática, que celebre a diversidade e valorize as individualidades, onde a construção de identidade consista em uma jornada enriquecedora e positiva para os jovens. Para isso, é urgente a discussão, desenvolvimento e implementação de políticas públicas e iniciativas educacionais destinadas a fomentar uma utilização consciente e saudável das redes sociais que auxilie na amenização dos seus impactos negativos na saúde mental e no bem-estar dos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência; Imagem Corporal; Instagram.

ABSTRACT

In recent years, rapid technological transformations have played a significant role in shaping the contemporary social landscape. Among the various platforms that have emerged, Instagram stands out as an influential social network, especially popular among teenagers. In this context, the present literature review aims to analyze the impact generated by Instagram on female adolescents, exploring the complex interaction between social media, adolescence, and body image. The initial research was conducted using the Scielo Brasil, Capes, and Google Scholar databases, resulting in the identification of 23 studies related to the proposed theme. After further refinement based on the reading of titles and abstracts, 14 works were selected for a more in-depth analysis. The results indicate that the constant exposure of teenage girls to the aesthetic standards promoted by Instagram can have a significant influence on the formation of their identities and body image perception. Attention is also drawn to the current scarcity of dedicated academic research on the topic, emphasizing the urgent need for more comprehensive and focused approaches. This gap underscores the importance of expanding understanding of the potential psychosocial impacts of Instagram on the lives of adolescents. Finally, it emphasizes the importance of promoting a healthier and more empathetic online culture that celebrates diversity and values individualities, where identity construction is seen as an enriching and positive journey for young people. To achieve this, it is crucial to discuss, develop, and implement public policies and educational initiatives aimed at fostering a conscious and healthy use of social media to mitigate their negative impacts on the mental health and well-being of adolescents.

Keywords: Adolescence; Body Image; Instagram.

RESUMEN

En los últimos años, las rápidas transformaciones tecnológicas han desempeñado un papel importante en la configuración del panorama social contemporáneo. Entre las diversas plataformas que surgieron en este ámbito, Instagram destaca como una red social influyente, especialmente popular entre los adolescentes. En este contexto, este artículo de revisión de la literatura tiene como objetivo analizar el impacto generado por Instagram en las

1- Bacharel em Psicologia - Centro Universitário Multivix Vitória. E-mail: aline.mx@hotmail.com

2- Licenciada, Mestre e Doutoranda em Educação Física; Graduada em História - Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: bruna.es.br@gmail.com

adolescentes, explorando la compleja interacción entre las redes sociales, la adolescencia y la imagen corporal. La investigación inicial se realizó utilizando las bases de datos Scielo Brasil, Capes y Google Scholar; lo que resultó en la identificación de 23 estudios relacionados con el tema propuesto. Después de un mayor refinamiento, basado en la lectura de los títulos y resúmenes, se seleccionaron 14 trabajos para su posterior análisis. Los resultados indican que la exposición constante de las adolescentes a los estándares estéticos promovidos por Instagram puede tener una influencia significativa en la formación de sus identidades y la percepción de la imagen corporal. También se llama la atención sobre la escasez actual de investigaciones académicas dedicadas al tema, lo que destaca la necesidad urgente de enfoques más integrales y centrados. Esta brecha resalta la importancia de ampliar la comprensión de los posibles impactos psicosociales de Instagram en las vidas de los adolescentes. Finalmente, se destaca la importancia de promover una cultura online más saludable y empática, que celebre la diversidad y valore la individualidad, donde la construcción de la identidad consista en un recorrido enriquecedor y positivo para los jóvenes. Para ello, es urgente discutir, desarrollar e implementar políticas públicas e iniciativas educativas diseñadas para fomentar un uso consciente y saludable de las redes sociales que ayuden a mitigar sus impactos negativos en la salud mental y el bienestar de los adolescentes.

Palabras-clave: Adolescencia; Imagen Corporal; Instagram.

INTRODUÇÃO

O fundamento da beleza, especialmente a feminina, é um fato histórico, sendo produto da realidade social, isto é, da relação de uma cultura com o corpo (Nascimento; Silva, 2014). O corpo é, portanto, socialmente construído; é um resultado de uma elaboração social e cultural (Le Breton, 2007), mas também um agente construtor, orientando e modelando as relações e papéis sociais. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar o impacto gerado pela rede social Instagram, umas das maiores e mais utilizadas plataformas no mundo, em adolescentes³ do sexo feminino, além de compreender a relação entre as mídias sociais, a adolescência e a imagem corporal.

Nos últimos anos, as tecnologias têm ganhado espaço e provocado inúmeras mudanças na vida social (Kozinets, 2014). A partir do século XX, com o desdobramento das mídias e indústrias, houve uma grande transformação das representações associadas à beleza, como, por exemplo, a crescente valorização dos “corpos sarados” (Lipovestky, 2000). Somado a isso, o desenvolvimento de novas tecnologias e o aparecimento das redes sociais transformou a maneira como as empresas se relacionam com os seus potenciais clientes, possibilitando uma comunicação não

só mais rápida, como também mais próxima.

No âmbito da adolescência, fase marcada por transições físicas e emocionais, a influência da tecnologia, especialmente das mídias sociais, ganha uma notoriedade crescente (Vargas, 2014). O Instagram, como uma das plataformas mais proeminentes, mesmo sendo relativamente recente, cativa milhões de usuários em todo o mundo. No entanto, a natureza dessa rede, centrada no compartilhamento de fotos, frequentemente promove a divulgação de uma narrativa de “vida perfeita”, especialmente pelas influenciadoras digitais conhecidas como “blogueirinhas” (Romero, 2018). A perpetuação dessa idealização de estilo de vida e imagem corporal, considerados como padrões a serem alcançados, contribui para o surgimento de problemas sociais, alimentando a incessante busca por conformidade com esses ideais a qualquer custo.

Para Lemes e colaboradores (2018), a adolescência, período crucial na construção da identidade, é suscetível à influência do ambiente externo e das relações interpessoais na formação da imagem corporal. A não conformidade com os padrões sociais estabelecidos pode resultar em insatisfação entre os adolescentes, questão já apontada em alguns estudos nacionais e internacionais (Claro; Santos; Campos, 2014). Nesse contexto, a adolescência emerge como um estágio desafiador, onde a comparação entre a própria imagem e os padrões de beleza veiculados pelas mídias sociais pode desencadear complexos dilemas emocionais.⁴

Todavia, é necessário estarmos atentos às generalizações. Não é possível afirmar que todas as adolescentes desejam alcançar os ideais de beleza propagados pelo Instagram. Contudo, há aquelas que, seduzidas por esses padrões, distorcem sua própria imagem na busca, por vezes inatingível, de alcançá-los (Baremblytt, 2002). Nesse sentido, vale ressaltar que a tecnologia ganha a cada dia mais força, principalmente no seio jovem, visto que esse público está diretamente interligado ao uso das mídias sociais (Vargas, 2014). Dentre elas, destaca-se o Instagram, considerada na atualidade como uma das ferramentas de comunicação e marketing mais populares do mundo.⁵

MÉTODOS

O presente trabalho se caracteriza como uma Revisão Sistemática de Literatura e segue os critérios metodológicos estabelecidos por Costa e Zoltowski (2014). Essa abordagem visa a revisão sistemática e sintética de artigos selecionados durante a coleta de dados. Trata-se de um estudo que analisa de forma abrangente, extrai resultados e promove discussões sob uma perspectiva crítica e reflexiva. Dessa forma, a revisão, ao ser realizada de maneira metódica, proporciona ao pesquisador uma aproximação aprofundada com questões contemporâneas e relevantes em sua área profissional.

De acordo com Medina e Pailaquilén (2010, p. 7), “os

³ De acordo com um trabalho de pesquisa realizado no Reino Unido e divulgado pela BBC News Brasil no ano de 2017, o Instagram é a rede social mais nociva à saúde mental de jovens. Mais informações: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-40092022>> Acesso em: 09 de jan. de 2024.

⁴ Em 2017, o Instagram alcançou a impressionante marca de aproximadamente 800 milhões de usuários ativos. Essa informação foi anunciada por Carolyn Everson, executiva do Facebook, durante um evento de publicidade realizado no mesmo ano.

pesquisadores precisam das Revisão Sistemática (RS) para resumir os dados existentes, refinar hipóteses, estimar tamanhos de amostra e ajudar a definir agendas de trabalho futuro considerados como seus sujeitos”. Portanto, ao utilizarmos essa abordagem metodológica, pretendemos aprofundar a nossa compreensão dos potenciais impactos psicossociais do Instagram em adolescentes, destacando a relevância desse fenômeno na era das redes sociais.

Nesse contexto, foi realizado um levantamento sobre a temática, com intervalo delimitado entre os anos de 2014 e 2022. A escolha por esse período se justifica pela notável ascensão global do Instagram como uma das principais plataformas de mídia social. Desde sua criação em 2010, pelo norte-americano Kevin Systrom e o brasileiro Mike Krieger, essa plataforma experimentou um crescimento exponencial, conquistando 30 milhões de usuários nos dois primeiros anos. Durante o período de 2013 a 2014, marcado por sua aquisição pelo Facebook, o Instagram passou por transformações significativas. A rede social não apenas consolidou sua posição, mas também implementou atualizações cruciais, como a capacidade de compartilhar vídeos curtos, o que atraiu uma gama de criadores de conteúdo, estabelecendo-a como uma das plataformas mais versáteis e influentes dos tempos atuais.

Como critérios de inclusão, optamos por analisar somente artigos publicados em revistas científicas entre os anos 2014 e 2022 que abordaram diretamente os impactos psicossociais do Instagram em adolescentes e que estavam disponíveis em texto completo, no idioma português. Descartamos estudos de

revisões não sistemáticas, editoriais ou opiniões, assim como trabalhos disponíveis apenas em resumo ou em outros idiomas.

Para a análise dos nossos achados, tomamos como base a técnica de análise de dados proposta por Minayo (2001). Esta técnica desempenha duas funções distintas: a verificação, confirmação ou refutação de afirmações estabelecidas anteriormente no trabalho; e a descoberta, a revelação de aspectos subjacentes aos fenômenos analisados. A proposta de Minayo (2001) permite-nos adentrar nas camadas mais profundas do fenômeno investigado. Essa perspectiva propicia a revelação de aspectos subjacentes, muitas vezes não visíveis à primeira vista, enriquecendo nossa compreensão dos textos. Portanto, ao adotarmos essa abordagem, buscamos desbravar territórios inexplorados, contribuindo para uma análise abrangente e contextualizada dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa inicial foi realizada por meio das seguintes bases de dados: Scielo Brasil; Capes; e Google Acadêmico. Nesse movimento, encontramos 23 estudos relacionados à temática, estabelecendo conexões e interligações relevantes para o escopo da pesquisa. Foram empregados os seguintes descritores e palavras-chave: adolescente; mídia; imagem corporal; redes sociais; Instagram; corpo; autoestima; adolescência. Após um refinamento adicional, baseado na leitura dos títulos e resumos dos textos, restaram 14 trabalhos, conforme pode ser observado no Quadro 1 a seguir.

QUADRO 1 - TRABALHOS RELACIONADOS À TEMÁTICA PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2020

Ano	Título	Autoria
2014	Adolescência	John W. Santrock
2014	Adolescência, autonomia e pesquisa em seres humanos	Maria Teresa Aquino de Campos Velho, Alberto Manuel Quintana e Alvaro Garcia Rossi
2014	What we instagram: A first analysis of instagram photo content and user types ⁶	Yuheng Hu, Lydia Manikonda e Subbarao Kambhampati
2015	Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura	Lenice Carrilho de Oliveira Moreira e Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos
2015	Construção identitária nos perfis fitness do Instagram	Ana Rute Alves Ramires e Naiana Rodrigues da Silva
2016	Ser jovem, ser belo: a juventude sob holofotes na sociedade contemporânea	Amliz Ferreira Lopes e Érika de Sousa Mendonça.

6- “O que postamos no Instagram: uma primeira análise do conteúdo de fotos e tipos de usuários”.

2017	A Influência Da Mídia e da Cultura Sobre o Conceito Da Beleza	Mateus Domingues de Barros e Rita Patrícia Almeida de Oliveira
2017	A influência da mídia na distorção da imagem corporal de adolescentes	Alecsander Pereira de Almeida
2017	Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras	Ariana Galhardi Lira, Aline de Piano Ganen, Aline Sinhorini Lodi e Marle dos Santos Alvarenga
2018	A influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem em adolescentes	Aline Vieira Sá Coppetti e Carolina Villanova Quiroga
2019	Transtornos alimentares: a influência das mídias sociais na percepção da imagem corporal de jovens e adolescentes	Beatriz Braga Rezende
2020	Mídia e comportamento alimentar na adolescência	Carime Bittar e Amanda Soares
2020	Use of Instagram, Social Comparison, and Personality as Predictors of Self-Esteem ⁶	Luiza Seabra Fagundes, Tiago Azevedo Marot e Jean Carlos Natividade
2022	Imagem corporal feminina na adolescência: a influência da mídia	Telma Sara Queiroz Matos e Maíla Costa de Oliveira

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro acima, apresentamos os trabalhos encontrados a partir da busca realizada. É possível observar uma limitada quantidade de estudos dedicados à discussão da temática proposta, especialmente no que diz respeito aos impactos do Instagram em adolescentes do sexo feminino. Apenas dois estudos abordam essa questão específica, o que ressalta a urgência de novas investigações que se aprofundem na compreensão da interação entre o Instagram, padrões de beleza e a formação de uma imagem corporal negativa em adolescentes mulheres.

Ao longo dos anos, o conceito de beleza tem passado por diversas transformações, impulsionadas pelas dinâmicas das relações sociais e culturais entre os seres humanos. Resquícios de uma veneração pela beleza feminina datam do início do século XV, destacando corpos de formas mais arredondadas que eram não apenas apreciados, mas também reverenciados pela sociedade. Nesse período, de acordo com Barros e Oliveira (2017), a mulher era percebida como um ser fértil e o seu corpo como um objeto de desejo. Essas definições transcenderam fronteiras geográficas, mantendo-se consistentes mesmo diante das variações locais. Vale ressaltar que, naquele contexto, as mulheres

não dispunham dos produtos de beleza modernos e a influência cultural exercia um papel preponderante na concepção de padrões estéticos.

Conforme explica Le Breton (2007), em sua famosa obra *Sociologia do corpo*, o corpo pode ser compreendido como um acessório de práticas e sentidos, atuando como uma ponte entre o social e o individual, assim como entre a natureza e a cultura. Dessa forma, ele transcende a determinação biológica e se encontra imerso em uma rede de significados. A partir do início do século XX, essas percepções sobre o corpo sofreram alterações significativas, impulsionadas, principalmente, pelo desdobramento das indústrias e das mídias, e pelas consequentes representações e significados que delas surgiram. Passou-se a valorizar, no meio social, o corpo repleto de tonicidade, músculos e força física, enquanto se reprimia totalmente a flacidez. Essas mudanças na concepção de beleza e corpo não ocorreram isoladamente; elas também reverberaram nas percepções da adolescência, uma fase complexa e multifacetada da vida, como destacado por Becker (1989).

A adolescência é uma fase marcada pela construção dos va-

7- "Uso do Instagram, comparação social e personalidade como preditores de autoestima".

lores e ideais que fundamentam a forma de agir do sujeito durante a vida, além de constituir os seus relacionamentos e a sua identificação enquanto pessoa. Nela, o indivíduo torna-se capaz de controlar a sua dimensão emocional, bem como aprende a organizar e refletir sobre sua vida futura (Lopes; Mendonça, 2017).

Segundo Santrock (2014), ao mesmo tempo em que lida com as alterações no seu corpo e personalidade em conjunto com diversas guerras internas, o adolescente se vê em um meio social repleto de contradições que, por vezes, dificultam o seu processo de desenvolvimento. Para além disso, a adolescência é uma fase que costuma ser estereotipada; frequentemente, os adolescentes são vistos como indivíduos rebeldes e problemáticos.

Para Lemes e colaboradores (2018) é na adolescência que o indivíduo constrói a sua própria identidade, o que ocorre de forma simultânea a diversas transformações. Elas podem ser mudanças corporais, fisiológicas e/ou anatômicas, como o início da fase da mocidade ou fase púbere, o desenvolvimento da sexualidade de maneira comportamental e física, a criação da personalidade e da independência, ou o aprimoramento das habilidades individuais e potencialidades (Velho; Quintana; Rossi, 2014).

Sabemos que a compreensão da identidade como algo estático tem sido amplamente questionada na literatura. Todavia, embora a construção da identidade ocorra ao longo de toda a vida de um sujeito, reforçamos que é na adolescência que diversas características como a manifestação da sexualidade, crenças, desejos e objetivos de vida, se tornam mais evidentes. Nesse sentido, Moreira e Bastos (2015) argumentam que a maioria dos comportamentos, tidos considerados anormais durante a adolescência, devem ser compreendidos como uma busca pela identidade, uma fase que, na maioria dos casos, é superada de forma natural.

Na medida em que houve uma explosão das tecnologias, os adolescentes vêm sendo o público de maior destaque da internet e das redes sociais; em sua maioria, são eles que passam a maior parte do dia conectados e consomem o que é oferecido em termos de conteúdo online. Nesse contexto, o Instagram, uma plataforma de compartilhamento de fotos e vídeos, surge como o espaço virtual preferido pelos adolescentes. Nela, é possível compartilhar materiais como fotos e vídeos, editar imagens digitalmente e expandir informações, assim como divulgá-las em outras redes sociais (Ramires; Silva, 2015). Assim, por meio dessa rede social, esses jovens não apenas compartilham momentos, mas também criam e moldam suas identidades online, buscando aceitação e validação por meio da exposição de suas vidas, interesses e aparências.

A constante busca por aceitação no ambiente digital, por vezes, pode influenciar a percepção da própria imagem corporal, uma vez que os padrões de beleza veiculados nas redes sociais desempenham um papel significativo na formação de uma autoimagem positiva ou negativa, dependendo da adequação ou não a essas “normas” e funcionando como uma forma de pressão social (Hu; Manikonda; Kambhampati, 2014). Dessa maneira, a constante exposição às imagens idealizadas no Instagram pode impactar a maneira como os adolescentes se percebem e constroem suas identidades.

Segundo Le Breton (2007, p. 7),

O corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência

da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis de sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc.

Os “outros” e o seu “universo” possuem um papel importante na formação de um “universo individual”, atribuindo ao corpo valor e relevância social, ou seja, a aparência corporal impacta na forma como o indivíduo é visto e, conseqüentemente, no fomento da sua aceitação ou não por um grupo ou sociedade. Assim, na era das redes sociais, o corpo se torna um “lugar do combate desejado com o ambiente graças ao esforço (maratona, jogging etc.) ou à habilidade (a patinação); lugar privilegiado do bem-estar (a forma) ou do bem-parecer (as formas, fisiculturismo, cosmética, dietética etc.)” (Le Breton, 2012, p. 239).

É válido salientar que essa influência do Instagram, que pode ser tanto positiva quanto negativa, transcende o ambiente digital e molda as percepções offlines dos adolescentes. De acordo com Almeida (2017, p. 18), “a mídia propaga informações, conhecimentos e temas que alteram nos indivíduos a capacidade de compreender a realidade, como também reforça padrões ideais de corpo”. Esse constante confronto com padrões estéticos inatingíveis pode gerar impactos significativos na autoestima e na formação de suas identidades. Dessa forma, o desafio reside não apenas na compreensão da dinâmica digital, como também na promoção de uma cultura online que fomente a aceitação da diversidade e a valorização das individualidades.

A baixa autoestima é um atributo característico da depressão. A autodesvalorização aparentemente faz parte do padrão dos pacientes deprimidos de verem a si mesmos como deficientes dos atributos que lhes parecem especificamente importantes: capacidade, desempenho, inteligência, saúde, força, atratividade pessoal, popularidade ou recursos financeiros. Muitas vezes o sentimento de deficiência se expressa em declarações como “eu sou inferior” ou “eu não estou à altura”. Este sintoma foi descrito por 81% dos pacientes com depressão grave e por 38% dos pacientes não deprimidos (Beck; Alford, 2011, p. 29-30).

As redes sociais possuem um poder de influência relevante na percepção da imagem corporal de jovens e adolescentes, tendo em vista que a exibição e o compartilhamento de fotos que expõem um determinado padrão de beleza, por vezes inalcançável, levam à constante comparação e, conseqüentemente, a uma grande insatisfação com a própria aparência (Rezende, 2019). Matos e Oliveira (2022) explicam que uma parcela significativa desse conteúdo compartilhado nas redes sociais é ilusória e enganosa, uma vez que é comum a prática de edições de fotos e vídeos realizada por meio de Photoshop.

Aqui, consideramos relevante destacar também que tudo que é publicado em redes sociais como o Instagram passa por uma seleção individual, isto é, as pessoas postam aquilo que desejam que os outros vejam; seus triunfos, seus melhores ângulos; seus dias felizes. Cada um constrói a sua própria narrativa, por vezes idealizada e que não reflete a totalidade de sua vida.

Coppetti e Quiroga (2018), em seu estudo sobre a influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem de adolescentes, se propõem a questionar quais sentimentos as imagens divulgadas em redes sociais como o Instagram, que exibem jovens aparentemente alegres e arrumados dentro dos padrões estéticos sociais, despertam nesses indivíduos. Para as autoras, “a imaturidade neurobiológica e emocional dos adolescentes associado à necessidade de aceitação e pertencimento aos grupos de iguais tornam os mesmos mais suscetíveis à influência da mídia e ao uso adverso da mesma.” (Coppetti; Quiroga, 2018, p. 173).

Corroborando com essa visão, Bittar e Soares (2020, p. 302) destacam que, “[...] especificamente no caso dos adolescentes, a conexão em rede e os efeitos da mídia convertem-se em fator gerador de angústia e sentimento de solidão [...]”, que podem levar a problemas de saúde graves. Assim, conforme destaca Fernandes (2019), usuários de redes sociais como o Instagram apresentam maior insatisfação corporal, bem como o risco de desenvolvimento de transtornos alimentares como anorexia e bulimia, associados, muitas vezes, a doenças mentais como depressão, ansiedade e estresse.

No caso das adolescentes do sexo feminino, esses impactos são ainda mais significativos. O estudo realizado por Lira e colaboradores (2017) revela que as adolescentes que acessam o Instagram mais de 10 vezes por dia possuem maiores chances de se sentirem insatisfeitas com a própria imagem corporal. De acordo com os autores, mais de 80% das 454 jovens participantes da pesquisa apresentaram insatisfação corporal “[...] independentemente da classe social e da escolaridade materna, com maior frequência entre aquelas com sobrepeso e obesidade [...] [o] que aponta que a insatisfação corporal é a norma geral, especialmente para o sexo feminino” (Lira et al., 2017, p. 168). Nesse contexto, Coppetti e Quiroga (2018) ressaltam que, no caso das mulheres, a mídia tende a promover a ilusão de que alcançar a imagem corporal idealizada é tão simples quanto desejar, e, mais do que isso, que é uma obrigação feminina, pois ser bela é essencial para ser aceita e valorizada socialmente.

A análise precedente nos revela a plasticidade dessas normas, moldadas não apenas por mudanças culturais, mas também por forças externas, como as indústrias e as grandes mídias. Essa transformação levanta questionamentos sobre a autenticidade desses padrões de beleza e o seu impacto nas percepções individuais, pois, conforme afirma Hoff (2005, p. 32), “O corpo mensagem, como corpo da comunicação, mutila-se, modifica-se, transforma-se e estetiza-se para servir como aporte de mercadorias/produtos e de conceitos/ideias”.

Assim, convidamos todos a uma reflexão mais profunda sobre a autenticidade das normas estéticas, os estereótipos associados à adolescência e a influência das plataformas digitais na construção da identidade dos jovens. Mais do que isso, alertamos para a importância de se discutir o assunto, pois uma reflexão crítica não se limita apenas ao entendimento dos fenômenos em si, mas permanece atenta à necessidade de diálogo e conscientização social.

Ao abordar a adolescência, destacamos não apenas os aspectos da formação da identidade de um sujeito, mas também os desafios inerentes a essa fase. A constante estereotipação dos adolescentes como rebeldes ressalta a necessidade de uma análise mais aprofundada e menos preconceituosa desse período

crítico de desenvolvimento. Nesse sentido, a reflexão aqui produzida não busca apenas questionar os estereótipos, mas também destacar a importância de uma abordagem mais empática e compreensiva da adolescência, reconhecendo-a como o que é: uma fase multifacetada, onde as contradições e desafios fazem parte do processo de crescimento.

Compreendemos que a relação entre adolescentes e uma rede social influente, como o Instagram, é complexa, representando uma interseção entre a construção digital da identidade e a busca incessante por aceitação. Por isso, acreditamos e defendemos uma profunda discussão sobre os aspectos que perpassam essa relação. Entender essa dinâmica é crucial não somente para decifrar os mecanismos de influência digital, mas também para orientar estratégias educacionais de conscientização que promovam uma relação saudável e equilibrada entre os jovens e o universo digital no qual estes estão constantemente inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal examinar o impacto gerado pela rede social Instagram em adolescentes do sexo feminino e a relação existente entre as mídias sociais, a adolescência e a imagem corporal. Ao percorrermos a evolução do conceito de beleza e as complexidades da adolescência até a compreensão da atual influência exercida pelo Instagram na construção da identidade juvenil, buscamos instigar uma profunda reflexão sobre os padrões estéticos estabelecidos pelas redes sociais, evidenciando como essas questões são moldadas tanto por fatores culturais quanto sociais. Essa reflexão se estende à adolescência, desafiando estereótipos e reconhecendo a natureza multifacetada dessa fase.

A atual imersão dos adolescentes no universo digital, especialmente na plataforma Instagram, alerta para uma constante busca por aceitação online. Nesse sentido, a constante exposição a padrões estéticos impostos no e pelo ambiente virtual pode afetar significativamente a formação da identidade desses sujeitos e, conseqüentemente, a sua imagem corporal.

Por fim, a lacuna existente na literatura destaca a necessidade premente de abordagens mais abrangentes e focalizadas, que visem a ampliar a compreensão sobre os possíveis impactos psicossociais do Instagram para os adolescentes, principalmente para o sexo feminino. Dessa forma, ressaltamos a importância da promoção de uma cultura online que celebre a diversidade e valorize as individualidades; um espaço onde o processo de construção de identidade consista em uma jornada enriquecedora e positiva para os jovens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. **A influência da mídia na distorção da imagem corporal de adolescentes**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari), 2002.

BARROS, M. D.; OLIVEIRA, R. P. A. A influência da mídia e da cultura sobre o conceito da beleza. In: Conferência Brasileira de Folkcomunicação, 18º, Recife - Pernambuco. **Anais eletrônicos...** UFRPE/FACIPE: UFRPE, 2017.

BECKER, D. **O que é a adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BECK, A. T.; ALFORD, B. A. Autoavaliação negativa. In: BECK, Aaron T.; ALFORD, Brad A. **Depressão: causas e tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 29-30.

BITTAR, C.; SOARES, A. Mídia e comportamento alimentar na adolescência. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 291-308, 2020.

CLARO, R. M. et al. Body image and extreme attitudes toward weight in Brazilian schoolchildren (PeNSE 2012). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, n. 1, p. 146-157, maio, 2014.

COPETTI, A. V. S. QUIROGA, C. V. A influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem em adolescentes. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 161-177, jul./dez., 2018.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C.; HOHENDORFF, J. V. (Orgs.). **Manual de Produção Científica**, p. 55-70. Porto Alegre: Grupo A, 2014.

FERNANDES, K. **Impacto das mídias sociais sobre a insatisfação corporal e risco de transtornos alimentares e depressão em estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto**. 2019. 94 f. Monografia (Graduação em Nutrição) - Escola de Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

HOFF, T. M. C. O corpo imaginado na publicidade. **Cadernos de Pesquisa ESPM**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-64, mai./jun. 2005.

HU, Y. et al. What we Instagram: A first analysis of Instagram photo content and user types. In: International Conference on Weblogs and Social Media, 8th, Ann Arbor. **Anais eletrônicos...** The AAAI Press, 2014.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEMES, D. C. M. et al. Satisfação com a imagem corporal e bem-estar subjetivo entre adolescentes escolares do ensino fundamental da rede pública estadual de Canoas/RS, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4289-4298, dez. 2018.

LE BRETON, D. **Sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; 2007.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIPOVETSKY G. **A terceira mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIRA, A. G. et al. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, n. 3, p. 164-171, 2017.

LOPES, A. F.; MENDONÇA, E. S. Ser jovem, ser belo: a juventude sob holofotes na sociedade contemporânea. **Revista Subjetividades, Fortaleza**, v. 16, n. 2, p. 20-33, 2016.

MATOS, T. S. Q.; OLIVEIRA, M. C. Imagem corporal feminina na adolescência: a influência da mídia. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 5, n. 3, p.11851-11873, mai./jun., 2022.

MEDINA, E. U.; PAILAQUILLEN, R. M. B. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 824-831, ago. 2010.

MINAYO, M. C. L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, L. C. O.; BASTOS, P. R. H. Ol. Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 445-453, dez. 2015.

NASCIMENTO, C. M.; SILVA, L. C. A. Sujeito mulher: a imagem da beleza. **Revista Subjetividades, Fortaleza**, v. 14, n. 2, p. 343-357, ago. 2014.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

RAMIRES, A. R. A.; SILVA, N. R. Construção identitária nos perfis fitness do Instagram. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38º, Rio de Janeiro - RJ. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Intecom, 2015.

REZENDE, B. B. **Transtornos alimentares: a influência das mídias sociais na percepção da imagem corporal de jovens e adolescentes**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019.

ROMERO, F. G. G. **#Lifestyle: a imagem do corpo fitness feminino como produto de consumo no Instagram**. 2018. 157f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SANTROCK, J. W. **Adolescência**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

VARGAS, E. G. A influência da mídia na construção da imagem corporal. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, v. 29, n. 1, p. 73-75, 2014.

VELHO, M. T. A. C. et al. Adolescência, autonomia e pesquisa em seres humanos. **Revista Bioética**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 76-84, abr. 2014.

DESIGUALDADE E DEMOCRACIA: AMBIGUIDADES ACERCA DA ADESÃO AO REGIME DEMOCRÁTICO ENTRE OS NORDESTINOS

INEQUALITY AND DEMOCRACY: AMBIGUITIES ABOUT THE ACCESSION TO THE DEMOCRATIC REGIME AMONG BRAZILIAN NORTHEASTERN CITIZENS

DESIGUALDAD Y DEMOCRACIA: AMBIGÜEDADES SOBRE LA ADHESIÓN AL RÉGIMEN DEMOCRÁTICO ENTRE LOS DEL NORESTE

■ WARLEY FERREIRA SILVA¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4058-9263>

■ BRUNO MELLO SOUZA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1611-0581>

more discordant in the Northeast.

Keywords: Inequality. Democracy. Northeast.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es verificar la relación entre desigualdad social y adhesión a la democracia entre los habitantes del Nordeste. Partimos de la perspectiva de que las desigualdades vividas en el Nordeste de Brasil establecen un escenario de privaciones que afectan la calidad de la adhesión democrática. Para ello, buscamos establecer relaciones entre la teoría del desarrollo humano de Ronald Inglehart, con las desigualdades entre regiones reveladas por la encuesta del IBGE y la PNAD en 2019. Como metodología, utilizamos datos extraídos de la ESEB de 2018 que fueron cruzados y comparados entre las regiones. A través de esto, se percibió una relación ambigua entre la adhesión a la democracia y la aceptación de principios antidemocráticos más discordantes en el Noreste.

Palabras-clave: Desigualdad. Democracia. Noreste.

RESUMO

O objetivo deste artigo é verificar a relação entre desigualdade social e adesão à democracia entre os nordestinos. Partimos da perspectiva de que as desigualdades vividas no Nordeste do Brasil estabelecem um cenário de privações que incidem na qualidade da adesão democrática. Para isso, busca-se estabelecer relações entre a teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart, com as desigualdades entre regiões trazidas com levantamento do IBGE e PNAD em 2019. Como metodologia, utilizamos dados extraídos no ESEB de 2018 que foram cruzados e comparados entre as regiões. Por meio disso, percebeu-se uma relação ambígua entre a adesão à democracia e a aceitação de princípios antidemocráticos mais destoantes no Nordeste.

Palavras-chave: Desigualdade; Democracia; Nordeste.

ABSTRACT

This article aims at analyzing the correlation between social inequality and accession to democracy among Brazilian Northeastern citizens. We started this analysis from the perspective that the many inequalities experienced in the Northeast of Brazil establish a scenario of deprivations that affect the quality of democratic accession. For this purpose, we seek to set connections between Ronald Inglehart's theory of human development, with the results shown in the study regarding inequalities between Brazilian regions, conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the National Household Sample Survey (PNAD) in 2019. As methodology, we used data extracted from 2018's Brazilian Electoral Study (ESEB) which were compared among the different regions. Thereby, we noticed an ambiguous correlation between accession to democracy and the acceptance of anti-democratic principles that are

INTRODUÇÃO

O Brasil convive historicamente com uma desigualdade regional que tem produzido tecidos sociais distintos. O Nordeste do país enfrenta desigualdades estruturais como pobreza, renda e habitação que estabelecem um cenário de privações a uma grande parcela de seus habitantes. Com isso, é fundamental que, ao pensarmos os desdobramentos das desigualdades sociais na região, busquemos estabelecer conexões com debate político, escolhas e percepções que podem surgir e que podem impactar sobre a democracia (Miguel, 2016; 2022; Fuks, 2016; Pochmann; Silva, 2020; Almeida, 2022).

Nesse foco, Miguel (2016) postula que as democracias modernas precisam lidar com complexidades que são fruto de assimetrias entre “riqueza, classe, gênero e raça” que criam padrões de desigualdades que servem como pontos de preocupação para a própria consolidação e fortalecimento

1- Pesquisa fruto de trabalho de conclusão de curso apresentado em julho de 2022, no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

democrático.

Dito isso, a presente pesquisa busca responder: qual a relação que a desigualdade social desenvolve sobre a adesão à democracia da população nordestina brasileira?

Objetiva-se com este artigo verificar em que medida a desigualdade social vivida pelo Nordeste pode influenciar sobre a adesão à democracia pelos nordestinos. Defende-se que o desenvolvimento de tal pesquisa pode contribuir para um diálogo ainda pouco pensado sobre os impactos na cultura política dos nordestinos causados pelas desigualdades. Dos poucos estudos relacionados à temática disponíveis com foco no Nordeste brasileiro podem ser citados: Vera Telles (1994), com “Cultura da dádiva”, onde a autora busca explicações na relação entre desigualdade social e na cultura política para explicar a continuidade da pobreza, violência e do mandonismo no Nordeste; Tereza Sales (2003), em “Raízes da desigualdade social na cultura política”, que em complemento ao trabalho de Telles (1994), conversa sobre como a desigualdade é vista como nosso cartão de visita enquanto nação, buscando diálogo com o processo de formação colonial do Brasil.

Vale destacar que o uso da abordagem culturalista de democracia aqui utilizada, serve como uma base conceitual relevante e amplamente difundida na literatura acerca da compreensão dos aspectos que podem beneficiar e/ou prejudicar a democracia. Destacamos também que apesar do foco no objetivo central da pesquisa ser especificamente a região Nordeste do país, se torna fundamental que compreendamos que essa região não pode ser pensada como um bloco único. O processo formativo e sócio-histórico dessa região é dotado de características específicas que precisam ser trabalhadas e pensadas de maneira individual.

No entanto, a partir da delimitação dessa pesquisa em particular, buscamos por respaldo nos índices de desigualdade social nessa região por meio de dados do IBGE e PNAD (2019), que apontam para a existência de uma considerável desigualdade regional, de acordo com os indicadores usados por essas pesquisas. Nessa proposta, também dialogamos com a perspectiva de Inglehart (1990) acerca da satisfação material dos indivíduos e com o conceito de cultura política desenvolvido inicialmente por Almond e Verba (1965).

Inglehart (1990) destaca que as sociedades que obtêm satisfação das necessidades materiais básicas modificam, por consequência, os direcionamentos das preocupações dos sujeitos. As pesquisas de Inglehart baseiam-se em três décadas de um longo estudo empírico e teórico que verificou o desenvolvimento de posturas pós-materialistas baseadas em valores humanos. Já o conceito de cultura política, como definido por Almond e Verba (1965), trata-se de como os sujeitos se veem representados e participantes na política. São percepções, sentimentos e avaliações sobre o sistema político em uma determinada sociedade.

Pensando na abordagem culturalista de democracia, vale destacar algumas características da sociedade brasileira pós 1980, que tornam essa perspectiva particularmente complexa. Moisés (1995), Dagnino (2004) e Baquero (2008) por exemplo, chamam a atenção para a importância de se considerar o processo sócio-histórico do Brasil e sua relação com

a redemocratização ocorrida em meados de 1980. Para esses autores, a transição negociada e os velhos hábitos herdados deram uma característica ambígua à nossa democracia, onde a preferência pela democracia e a aversão à princípios inerentes ao bem-estar democrático convivem lado a lado. Dagnino (2004) destaca que, possivelmente, houve um certo grau de euforia por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais que fez com que algumas dessas características malélicas à democracia tenham passado despercebido. As influências desse certo saudosismo com o passado, são objetos de pesquisa cada mais presentes na Ciência Política atual. Muito dessa preocupação parte da crise da democracia vivida e do espaço galgado pela extrema direita nos últimos anos. Pesquisas nessa direção apontam para a presença cada vez mais forte de líderes populistas e autocráticos, que se utilizam de fragilidades contínuas das instituições democráticas para a instigação da desconfiança, do medo e da polarização política (Moller e Marco, 2023)

No que tange aos aspectos metodológicos, foi utilizado o método quantitativo com dados extraídos do Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB de 2018. O ESEB é um survey nacional pós-eleitoral realizado desde 2002, chegando à sua quinta onda em 2023. Trata-se de um projeto associado ao Comparative Study of Electoral Systems Project (CSES) da Universidade de Michigan, com participação de dezenas de instituições de vários países (CESOP, 2018).

A opção de utilização dos dados do ESEB se deu tanto pela variedade de perguntas do banco, quanto pela possibilidade de análise por região, que foi viabilizada de maneira mais clara com o ESEB do que com outros bancos disponíveis. O ESEB de 2018 foi realizado com 2506 pessoas de todas as regiões do país, eleitores maiores de 18 anos. No Nordeste foram entrevistadas 644 pessoas, correspondendo a 27,7% do número total de entrevistas.

As variáveis selecionadas foram cruzadas e comparadas por região com a utilização do PSPP Software, que nos permitiu visualizar os percentuais por região como também possibilitou a criação de gráficos de porcentagem por região. Neste sentido, as variáveis escolhidas foram: (a) a concordância ou discordância que, apesar de ter alguns problemas, a democracia é a melhor forma de governo; (b) Nível de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil; (c) a concordância ou discordância que o Brasil precisa de um líder forte, que resolva a crise e os problemas, não importa se ele precisar desrespeitar as leis e as instituições; (d) concordância ou discordância que o Brasil precisa resolver primeiro as questões econômicas que afetam toda a população, para depois pensar nas questões que afetam as minorias, como raça e gênero. Estas variáveis contemplam três dimensões importantes para a democracia, que são a dimensão difusa do apoio à democracia, a partir da perspectiva trabalhada por David Easton (1965), que separa apoio difuso de apoio específico; a dimensão do apoio a lideranças fortes que pode redundar em uma perspectiva autoritária pautada pela resolução imediatista de dilemas de uma sociedade ainda refém de sua situação material e de sobrevivência, na perspectiva de Inglehart (1990); e por fim, ainda em sintonia com os postulados de Inglehart, a prioridade

conferida às questões econômicas em detrimento de questões que remetem às minorias políticas e sociais do país.

Com isso, nos propomos a dividir o artigo, além desta introdução e das considerações finais, em outras três seções. Uma destinada a um diálogo inicial sobre cultura política e valores pós-materialistas. Uma segunda voltada para reflexões acerca das desigualdades enfrentadas pela região Nordeste exemplificadas pelo levantamento feito pelo IBGE e PNAD em 2019. E uma terceira destinada à apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa e discussões a serem pensadas.

CULTURA POLÍTICA E VALORES PÓS-MATERIALISTAS

As reflexões e análises acerca da democracia podem ser pensadas, a grosso modo, a partir de duas camadas distintas: por um lado, temos a dimensão procedimental, que remete aos arranjos institucionais do regime e aos requisitos de inclusão política, aspectos trabalhados, por exemplo por Robert Dahl (1997) em sua definição de poliarquia; por outro, temos os estudos que levam em consideração a postura dos cidadãos em relação ao regime político, a partir de suas crenças, atitudes e comportamentos. É justamente nesta segunda vertente em que se inserem os estudos de cultura política, que possuem como principais precursores Gabriel Almond e Sidney Verba (1965).

Cultura política, como definida pelos referidos autores, trata-se de como os sujeitos se veem representados e participantes na política. São percepções, sentimentos e avaliações que os indivíduos desenvolvem sobre o sistema político. A preocupação dos autores vincula-se à crise na crença sobre a liberdade e a racionalidade humana, do período pós I Guerra, em que a democracia se via em crise perante o desencadeamento de diversos movimentos nacionalistas, do Fascismo, do Nazismo e do Comunismo.

Almond e Verba em sua obra, *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (1965), descrevem que a cultura política pode ser classificada de três maneiras no que se refere às orientações dos sujeitos, sendo elas: cognitivas, afetivas e avaliativas. As orientações cognitivas são aquelas responsáveis pelos conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre os objetos políticos. As orientações de cunho afetivo remetem aos sentimentos de ligação e envolvimento dos agentes em relação a tais objetos. Já as orientações avaliativas são uma combinação dos dois tipos anteriores, resultando em julgamentos e opiniões em relação à política (Almond e Verba, 1965).

Dentro desta mesma linha, os autores ainda postulam a respeito da autoestima política, que corresponde a como os sujeitos se veem representados na política, ou seja, uma avaliação sobre a relevância que acreditam ter na política. Para os autores, quanto mais autoestima, mais participação, e assim, maiores as chances de engajamento e inserção política dos indivíduos (Souza, 2020).

A ideia por trás dos diversos postulados trazidos por Almond e Verba se dá no reconhecimento de que somente o aparato institucional formal não é suficiente para a realização

de uma democracia mais efetiva. Ou seja, por esta perspectiva de análise é necessário que os sujeitos se sintam como peças importantes capazes de compreender as bases institucionais sob as quais vivem e que percebam em nível subjetivo a diferença que a participação política desenvolve em sua vida (Souza, 2020).

Uma outra concepção teórica, ligada diretamente à cultura política, é a teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart. Durante o ano de 1977, Inglehart (1990) iniciou uma vasta pesquisa denominada “A teoria do desenvolvimento humano”. Trata-se de três décadas de investigações empíricas e teóricas que defendem uma mudança dos valores humanos em direção a uma postura pós-materialistas (Ribeiro, 2008).

Fundador de um dos maiores projetos de pesquisa acerca de valores humanos, World Values Survey – WVS, responsável por aplicar questionários a mais de cinquenta nações em todo mundo, Inglehart defende a tese de que essa mudança de postura das sociedades está associada ao desenvolvimento econômico, que proporciona mudanças de condutas valorativas pelas quais grandes nações industrializadas e pós-industrializadas passariam com a adesão a valores pós-materialistas (Inglehart, 1977).

Segundo Inglehart, essas mudanças geracionais pelas quais as sociedades passam propiciam um ambiente em que os indivíduos que são classificados como pós-materialistas tendem a ser mais abertos a temas como gênero, normas sexuais e na política, por exemplo (Ribeiro, 2008). Inglehart acreditava que os longos períodos de desenvolvimento pelos quais as grandes nações passaram e passam fazem com que os valores democráticos sejam mais defendidos em detrimento das perspectivas autoritárias (Inglehart, 1990).

A perspectiva defendida pelos autores é aplicada principalmente em países que apresentaram um longo período de crescimento econômico, o que não é o caso brasileiro. Segundo Ribeiro e Borba (2010), as melhorias econômicas ocorridas entre países latino-americanos, não “têm produzido efeitos da mesma intensidade sobre o percentual de pessoas que valorizam metas e objetivos relacionados à reorientação cultural” (Ribeiro; Borba, 2010, p. 35).

Ribeiro e Borba (2010) defendem que o motivo para que os efeitos do pós-materialismo não se façam sentir fortemente na América Latina pode ser encontrado na desigualdade, na má distribuição de renda e nos altos níveis de pobreza que a região enfrenta historicamente. Os autores ainda levantam dados dos anos de 1990 até 2008, por meio do PIB per capita, os quais demonstram que o Brasil lidera dentre os países da região como mais desigual. Isso significa afirmar que, mesmo com as melhorias no fator econômico, o Brasil ainda não conseguiu garantir a muitos grupos uma segurança do ponto de vista material que direcione as reflexões a questões pós-materialistas como política e democracia (Ribeiro; Borba, 2010).

Observando-se de forma mais detalhada o caso brasileiro, temos o estudo seminal de Moisés (1995), no qual ele percebe que a adesão à democracia no Brasil sofre com ambiguidades que, se constantes, podem fragilizar o regime democrático. Baseando-se no período de grande incerteza

gerado pela recente redemocratização, o autor percebe vícios do período ditatorial que se enraizaram na cultura política dos brasileiros. Tais vícios se espalham para os demais segmentos da sociedade, como as instituições democráticas, por exemplo, e auxiliam na criação de um cenário de incerteza e desconfiança. Essa herança, combinada com as dificuldades econômicas do país, podem gerar um ambiente de insatisfação capaz de fragilizar a democracia no país, com efeitos deletérios e incalculáveis para o regime. Considerando, ainda, a existência de substanciais desigualdades regionais de um país de dimensões continentais, torna-se importante voltar nosso olhar para essas peculiaridades. Nesse sentido, a próxima seção apresenta uma discussão acerca das desigualdades no Nordeste, colocando-as em perspectiva comparativa em relação a outras regiões do país.

DESIGUALDADE SOCIAL: impasses do Nordeste

A desigualdade enquanto um impasse para o pensamento democrático é uma realidade a ser superada. Partimos de uma compreensão já estabelecida nos estudos sobre democracia, de que ela pressupõe uma ideia de igualdade de valor entre os indivíduos. Essa noção é atribuída à perspectiva de igualdade política que as pessoas deveriam ter dentro do sistema democrático (Dahl, 1997; Miguel, 2022).

O ponto colocado sob análise nesta abordagem recai sobre a influências das desigualdades para a realização da democracia em seu sentido pleno. São reflexões que direcionam o pensamento à convivência sistêmica com as desigualdades a que muitos grupos (uns mais que outros) são submetidos diariamente. Em suma, desigualdades sociais teriam efeito perverso, desaguando em desigualdades políticas- ainda que sob o verniz de igualdade formal.

Neste sentido, Miguel (2016) afirma que se pode considerar que algumas desigualdades impactem e tenham um caráter mais violento que outras. Nessa direção, partiremos a analisar, dentro dos objetivos da pesquisa, como as desigualdades sociais enfrentadas pela região Nordeste podem dificultar o avanço da democracia entre os nordestinos.

Na busca por exemplificar e contextualizar a desigualdade no Nordeste, serão usados alguns dados levantados pelo IBGE e PNAD no ano de 2019. Essa primeira parte examinará dados de quatro pontos que são fundamentais em análises acerca da desigualdade social, que são: Distribuição de renda; Educação; Habitação e Pobreza. Primeiramente, será observada a distribuição de renda no país por região.

Dados levantados pela PNAD no ano de 2019 mostraram que houve uma diminuição na concentração de renda no país. No entanto, esse mesmo efeito não esteve presente no Nordeste, sendo a única região do Brasil onde o índice aumentou (PNAD, 2019). A principal medida que avalia a distribuição de renda no país é o índice de Gini. O Gini é um indicador que varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo a zero, mais igualitária é a divisão da renda. A pesquisa mostrou que o índice de desigualdade na região Nordeste subiu de 0,545 para 0,559.

O crescimento da desigualdade alerta para a busca de complementação de renda. “Nos números do IBGE, esse fenômeno apareceu nos rendimentos totais, que contabilizam a renda

do trabalho e de outras fontes, tais como aposentadoria, aluguéis, pensões e benefícios como o Bolsa Família” (Nexo Jornal, 2020), fato que fez crescer a busca por trabalhos informais e outros meios de garantia de subsistência.

Tendo como objetivo complemento da renda, acesso a direitos e articulação com outras ações, a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, em outubro de 2003 foi criado o Bolsa Família (Brasil, 2020), programa social de suma importância na vida das famílias nordestinas. A pesquisa desenvolvida pelo IBGE entre 2018 e 2019 mostra dados da porcentagem de beneficiários do Bolsa Família por região do país. A região Nordeste possui a maior porcentagem de beneficiários do Bolsa Família com 27,6%, praticamente cinco vezes a proporção encontrada na região Sul, de 4,7%. Tal relação mostra que, possivelmente, exista uma maior necessidade de complementação de renda dessa população.

De acordo com a pesquisa do IBGE, o número de beneficiários do programa Bolsa Família vem se reduzindo a cada ano. Todavia, a desigualdade não vem acompanhando a mesma lógica. “Em 2012, 15,9% dos domicílios brasileiros contavam com o benefício. Já em 2019 esse percentual caiu para 13,5% - 0,2 ponto porcentual a menos que em 2018, quando foi de 13,7%” (IBGE, 2020). Tal contradição, pressupõe o corte do acesso ao benefício. Segundo a analista da pesquisa, Alessandra Scalioni: “Menos domicílios recebendo o Bolsa Família no Nordeste pode ter afetado a renda desses com menores rendimentos, fazendo com que o Índice de Gini aumentasse” (G1, 2020).

Um outro fator que será levado em consideração são os níveis de desigualdade educacional entre os nordestinos, especificamente a taxa de analfabetismo. O anuário do IBGE dos anos de 2012 a 2019 trouxe a taxa de analfabetismo entre indivíduos de 15 anos ou mais por região do país no segundo semestre de 2019. De acordo com as pesquisas realizadas em cada região do país, o Nordeste possui a maior taxa de analfabetismo com a porcentagem de 14%, seguido pela região Norte com quase 8% e Centro-Oeste com 5%. As regiões Sul e Sudeste apresentam as menores taxas, com quase 4% dos indivíduos com 15 anos ou mais analfabetos.

A categoria escolaridade é fundamental em análises acerca do pensamento democrático como já mostraram Putnam (2000) e Dahl (1997). Com Putnam (2000), o exemplo acontece por meio da definição de capital social trabalhada pelo autor. Putnam mostrou que as regiões Norte e Sul da Itália apresentavam suas diferenças de civismo e capital social, considerando que a região norte entendia melhor as necessidades da população, possuía maior confiança interpessoal, capacidade de organização, e apresentava maior escolaridade. Dahl, ao estabelecer o conceito de Poliarquia, afirma que sociedades mais escolarizadas apresentam maiores chances de sucesso ao regime democrático.

Almeida (2014), em análise ampla e bem estruturada, mostra como a escolaridade pode ser compreendida como ponto de virada na superação de relações patrimonialistas, familistas e fatalistas entre os brasileiros, com destaque para os nordestinos. O autor cita Inglehart e Welzel (1990) como exemplo dialogando acerca dos valores de autoexpressão e como “pessoas mais educadas tendem a se afastar da autoridade superior e a rejeitar as relações sociais verticais em

benefício de relações de poder mais horizontais” (Almeida, 2014, p.18).

No que se refere ao déficit habitacional brasileiro por região, Norte e Nordeste também lideram as pesquisas. A pesquisa desenvolvida pelo IBGE considerou as moradias precárias entre 2016 e 2019. Dentro do estudo, a categoria precária foi dividida em dois componentes, sendo: domicílios improvisados, ou seja, aqueles que foram construídos sem fins residenciais, como viadutos e prédios abandonados; e rústicos, sendo aqueles com paredes de alvenaria ou madeira, por exemplo. A região Nordeste aparece com 45% das moradias consideradas precárias em 2016; 41,4% em 2017; 43,1% em 2018 e com 42,8% em 2019. Tais percentuais demonstram uma continuidade da desigualdade no que se refere à moradia.

Ter onde morar e com qualidade são bases mínimas para a dignidade de qualquer pessoa. Discutir valores pós-materialistas e democracia, enquanto o mínimo para a subsistência não existe, é algo inconcebível. Ou seja, a discussão que nos propomos a fazer se dá exatamente nesta arena. Uma interpretação de democracia que não considere as desigualdades sociais e não as coloquem em pauta “está fadada a fracassar” (Miguel, 2022, p.11).

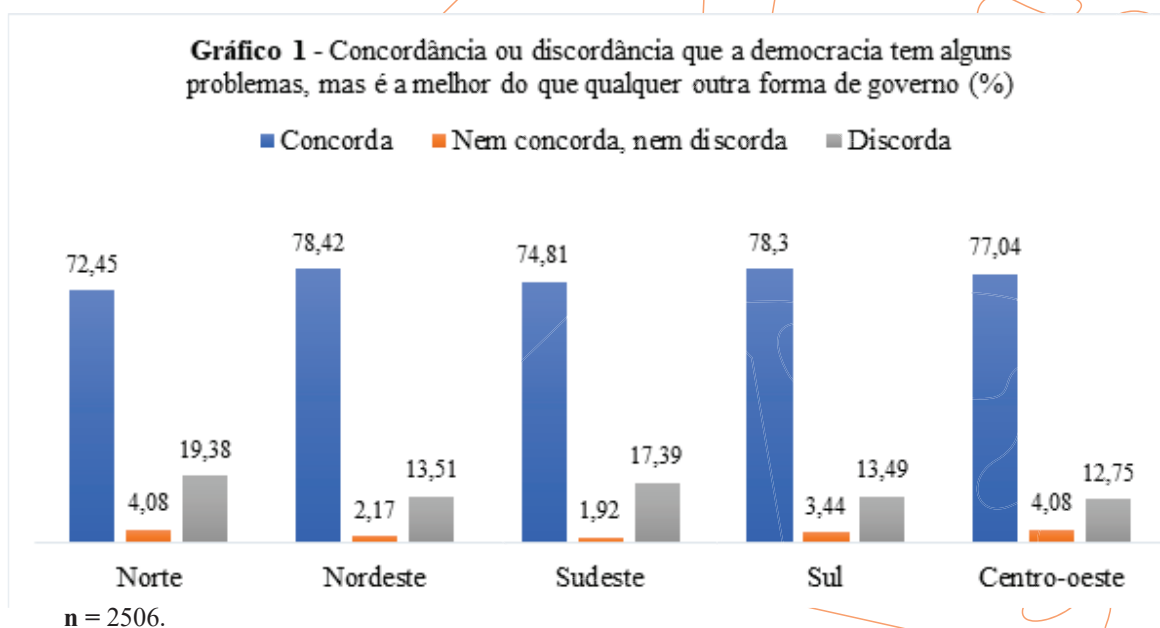
No que tange à situação do Brasil em relação à pobreza, dentro de cada estado, em pesquisa realizada pelo IBGE, foram levados em consideração quatro pontos: pessoas em situação de extrema pobreza, pessoas em situação de pobreza, linha de extrema pobreza e linha de pobreza. Foi constatado que a maioria das pessoas que se encontram em pobreza e extrema pobreza estão localizadas em estados do Norte e Nordeste do país, em detrimento de estados localizados nas regiões Sul e Sudeste. Desta forma, estados como Maranhão, Alagoas, Amapá, Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia, Ceará, Piauí, Acre, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins ultrapassaram a linha de extrema pobreza e todos eles estão localizados entre as regiões Norte e Nordeste.

A desigualdade social no Nordeste brasileiro pode resultar em diversas situações de complexidade na vida de muitas famílias. Estudos da área da saúde revelam que a situação econômica que muitos nordestinos enfrentam, como o limitado poder de compra de alimentos e as condições precárias de saneamento básico, são causas de inúmeras doenças infecciosas, parasitárias e de desnutrição proteica na infância na região (Assis et al., 2007). Destacamos neste sentido um estudo acerca de saúde e nutrição desenvolvido pela Universidade Federal da Bahia, que considerou uma população de 2001 crianças e uma amostra de 1887 domicílios das áreas urbana e rural de dez municípios do estado da Bahia e evidenciou como a desigualdade social e a pobreza podem estar associadas à desnutrição e mortalidade infantil no Nordeste brasileiro. O trabalho ainda afirma que o Brasil até experimentou uma grande melhora nos indicadores de saúde e nutrição, entretanto essa melhora não se fez sentir com a mesma intensidade no Nordeste que em outras regiões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, nos propomos a dialogar com os resultados encontrados durante a pesquisa. A fim de elencar as percepções sobre adesão à democracia, foram elaborados quatro gráficos assim organizados: gráfico 1 - concordância ou discordância que a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo; gráfico 2 - nível de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil; gráfico 3 - a concordância ou discordância de que o Brasil precisa de um líder forte que resolva a crise e os problemas do país, não importa se ele precisar desprezar as leis e as instituições; gráfico 4 - concordância ou discordância que o Brasil precisa resolver primeiro as questões econômicas que afetam toda a população, para depois pensar nas questões que afetam as minorias, como raça e gênero.

Com isso, temos os seguintes dados:



Fonte: Elaboração própria com base em dados do ESEB de 2018.

Para a adesão democrática, a região Nordeste aparece à frente das demais com 78,42% dos entrevistados afirmando que a democracia é a melhor forma de governo e com 13,51% discordando. É seguida pela região Sul com 78,3% afirmando ser a democracia a melhor forma de governo, contra 13,49% discordando. Em terceiro, aparece o Centro-oeste com 77,04% afirmando e 12,75% discordando que a democracia seja a melhor forma de governo. Logo após, a região Sudeste com 74,81% dos entrevistados afirmando que a democracia é a melhor forma de governo e com 17,39% discordando. Por último, a região Norte, onde 72,45% afirmaram ser a democracia a melhor forma de governo, contra 19,39% discordando.

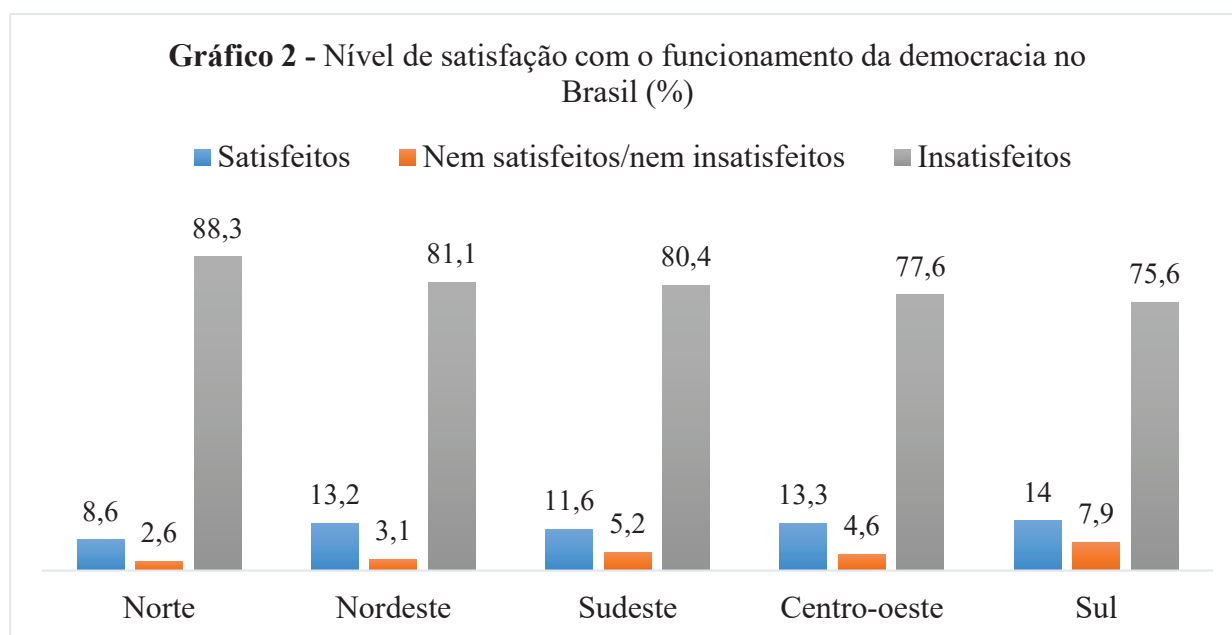
Com base nos dados do gráfico 1, é seguro afirmar que a democracia no Brasil possui uma relevante adesão democrática de um ponto de vista normativo, com percentuais bastante semelhantes entre as distintas regiões. Existe de forma generalizada aquilo que Easton (1965) denominaria de apoio difuso ao regime. Nessa esteira, ainda que considerando tal proximidade dos números na comparação regional, cabe destacar a liderança dos nordestinos no que concerne a esta adesão. Tais percentuais aparentemente são promissores e poderiam abonar uma boa saúde democrática no país, pelo menos no que diz respeito à cultura política dos cidadãos. No entanto, quando partimos para uma análise mais aprofundada, com foco em identificar as características desta adesão, percebemos que a relação não é tão simples. Ou seja, há um questionamento fundamental a ser levantado: em que medida essa adesão está interligada com os valores e os princípios subjetivos da democracia? (Fuks, 2016).

A democracia enquanto um conceito amplo está sujeita a maiores complexidades, principalmente quando avaliada a partir da cultura política existente no país. Com-

preendida como ambígua, recheada de vieses autoritários e reprodutora de desigualdades, essa relação de adesão precisa ser colocada constantemente sob problematização (Moisés, 1995; Miguel, 2016). Uma discussão que pode ser pensada se dá a partir do viés da qualidade de uma democracia desenvolvida em contextos de insatisfação, desconfiança e desigualdade. Mario Fuks (2016), procurando ampliar os estudos empreendidos por Moisés (2008), procurou verificar o quão democratas são os brasileiros. O autor pontua análises já feitas por Moisés do caráter ambivalente em relação à adesão à democracia pelos brasileiros, ampliando essa relação aos considerados democratas, mostrando que mesmo estes podem optar por alternativas autoritárias em casos de situação econômica ruim, desemprego, crime ou corrupção, por exemplo (Fuks, 2016).

Pensando nos pontos trazidos por Fuks (2016), os indicadores sociais levantados pelo IBGE e PNAD, o Nordeste brasileiro nos faz refletir como o alto percentual de beneficiários de programas sociais de transferência de renda, taxa de analfabetismo, déficit habitacional e taxa de pobreza e extrema pobreza podem contribuir para um cenário de escassez que pode dificultar a internalização democrática. Um outro alerta que se liga está relacionado ao impacto a longo prazo que esses indicadores podem causar na percepção política da população nordestina.

Com o intuito de ampliar a compreensão acerca de como a adesão à democracia é pensada no Brasil, trouxemos também dados do nível de satisfação com a democracia. Pretendemos com isso, dialogar com as premissas acerca do apoio democrático em seu sentido normativo e as abordagens trazidas por David Easton no que diz respeito ao apoio difuso e específico aos regimes políticos. Vejamos o gráfico 2:



n = 2506.

Fonte: Elaboração própria com base no ESEB de 2018.

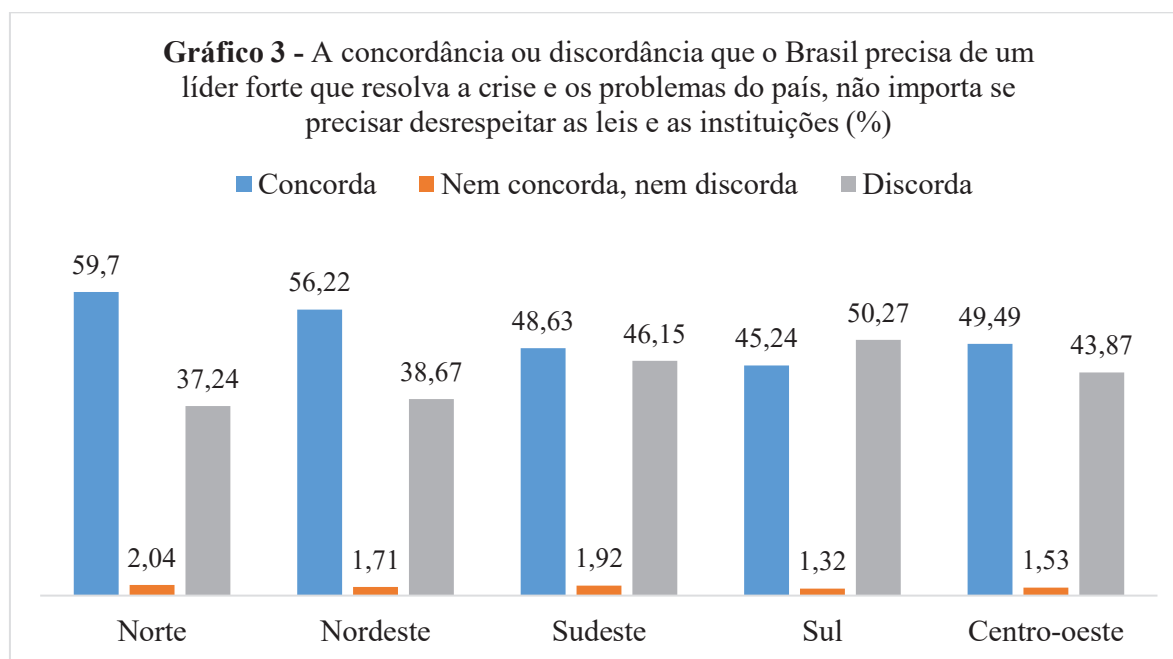
Indo de encontro com os dados do gráfico 1, o gráfico 2 mostra o nível de satisfação com o funcionamento da democracia entre as regiões. As regiões Norte e Nordeste se destacam como mais insatisfeitas, 88,3% e 81,1%, respectivamente. São seguidas pela região Sudeste 80,4%, Centro-Oeste 77,6% e Sul com 75,6% dos entrevistados que afirmam estarem insatisfeitos com o funcionamento da democracia. A consistente adesão normativa à democracia mostrada no gráfico 1 convive também com uma insatisfação generalizada com o funcionamento da democracia expressa no gráfico 2. Essa relação nos permite pensar como a visão normativa pode entrar em choque com a abordagem de Easton (1965) sobre apoio difuso para com a democracia.

Apoio difuso em Easton (1965) pode ser compreendido como reservatório de boas atitudes que os sujeitos possuem, que fazem com que sejam mais tolerantes a resultados aos quais se opõem ou que os prejudiquem de alguma forma. Ou seja, os atores políticos conscientes da importância do regime democrático, e que possuam confiança em suas ins-

tuições e normas, optam por defendê-la mesmo sob adversidades. Isso pode propiciar um cenário que garanta o avigoreamento da qualidade do regime (apoio sob múltiplas dimensões). Já o apoio específico tende a ser compreendido em nível mais individual e cotidiano, são avaliações e percepções que os sujeitos fazem a respeito dos sistemas políticos, do funcionamento das políticas públicas em sentido mais imediato (Borba; Cardoso, 2021).

Uma observação que cabe ser feita, recai acerca dos possíveis impactos que indicadores como desigualdade de renda, educação, moradia e alimentação pode ter sobre essa análise de satisfação democrática. Tomando por base a abordagem teórica proposta e o recorte regional, postulamos que as regiões que são mais afetadas por esses indicadores tendem a necessitar de respostas mais imediatas e a traçarem julgamentos conforme enxergam a resolutividade ou não dessas questões.

Exemplificando essa relação problemática, tomando por exemplo um viés de representação política institucional e nossa adesão democrática, vejamos o gráfico 3:



n = 2506.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do ESEB de 2018.

Quando os entrevistados do ESEB (2018) foram questionados se concordavam ou não que o Brasil precisava de um líder forte que resolvesse os problemas do país, independente se ele respeitasse as instituições, foram obtidos os seguintes dados: a região Norte liderou com 59,7% dos entrevistados concordando com a afirmação e 37,24% discordando. Foi seguida pela região Nordeste com 56,22% concordando e 38,67% discordando. Em terceiro aparece a região Centro-oeste com 49,49% dos entrevistados concordando e 43,87% discordando. A região Sudeste aparece logo após com 48,63% concordando e 46,15% discordando. Por último, a região Sul com 45,24% concordando e

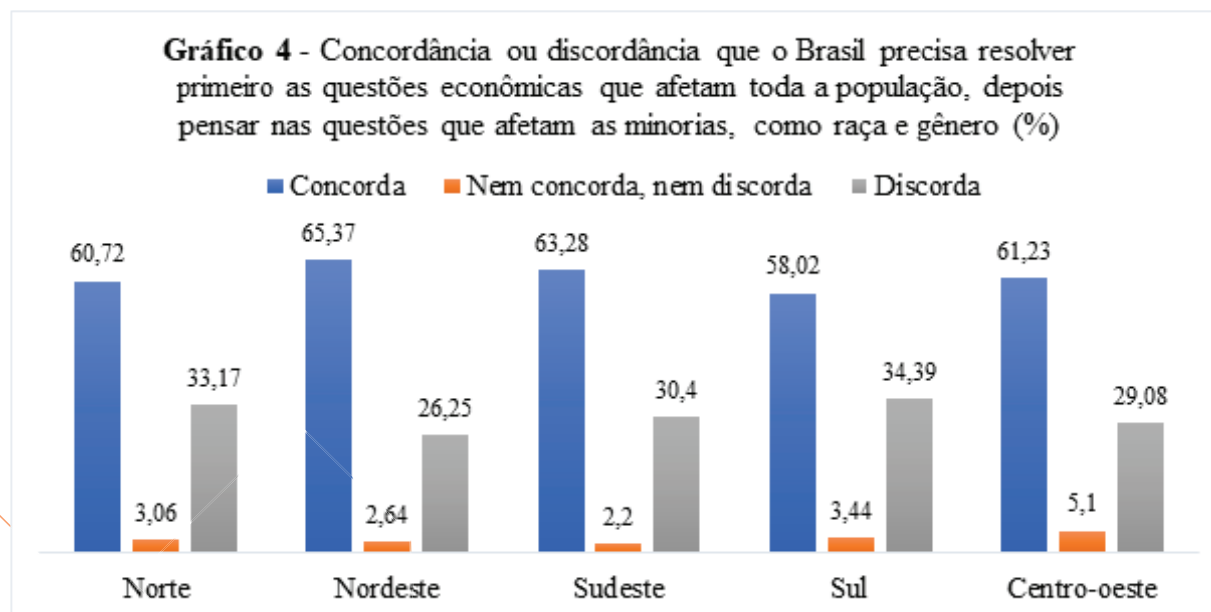
50,27% discordando. Estes dados parecem reforçar a percepção diferente quanto a adesão à princípios caros à democracia nas regiões mais desiguais. Este tipo de dado, serve de alerta para possíveis usos dessas percepções para fragilizar as bases institucionais e para incrementação de discursos milagrosos de resolução desses problemas

A relação contraditória expressa acima pode ser usada para demonstrar que tipo de democracia e qual a percepção que grande parte dos brasileiros afirmam ter sobre as instituições. Está claro que para uma enorme parcela da população as instituições são vistas como desnecessárias, desde que o governo funcione, ou seja, que os problemas consi-

derados urgentes sejam combatidos. Grosso modo, pode-se afirmar que existe uma parcela significativa da população que aceitaria, sem grandes questionamentos, a convivência de uma democracia com lideranças autoritárias que desprezem as leis. Isto é, se pensarmos a partir dos moldes de um Estado Democrático de Direito, colocar-se-ia em jogo a opção de um Estado Democrático sem Direito. Este para-

doxo também ilustra a dificuldade de representação política institucional entre os brasileiros. Essa relação foi reforçada anteriormente com Moisés (1995) e Baquero (2008). Tal situação propicia cenários que aumentam a fragilidade do sistema democrático brasileiro.

Visando trazer uma discussão relacionada a valores pós-materialistas, vejamos o gráfico 4:



n = 2506.

Fonte: Elaboração própria com base no ESEB de 2018.

Quando os entrevistados foram perguntados se concordavam ou não que o Brasil precisava resolver primeiro as questões econômicas gerais e depois das minorias, obtivemos os seguintes percentuais: no Nordeste, 65,37% concordaram e 26,25% discordaram. No Sudeste, 63,28% concordaram e 30,4% discordaram. No Centro-Oeste, 61,23% concordaram e 29,08% discordaram. Na região Norte, 60,72% concordaram e 33,17% discordaram.

Os dados apresentados no gráfico 3 reforçam a relação acima defendida acerca da priorização dos aspectos econômicos em detrimento de pontos pós-materialistas como gênero e raça. Em nível regional se percebeu que o Nordeste apresenta uma relação ligeiramente maior de valorização de aspectos materialistas do que em outras regiões. A pouca valorização dos aspectos pós-materialistas alertam também para o caráter pouco inclusivo das minorias, algo inconcebível para a realização plena da democracia.

Esses achados também corroboram os estudos realizados por Almeida (2014) acerca da priorização de relações mais patrimonialistas, familistas e fatalistas entre os brasileiros, sendo isso mais forte entre os nordestinos.

Essa perspectiva, nos auxilia na compreensão de como o conceito de democracia pode variar dependendo das influências culturais e econômicas que os indivíduos desenvolvem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como principal objetivo verificar a relação entre desigualdade social e adesão à democracia entre os nordestinos. Com esse objetivo, utilizamos os dados extraídos do ESEB de 2018 e apoios teóricos como a teoria do desenvolvimento humano de Inglehart (1990) e da cultura política de Almond e Verba (1965). Buscamos indicar um diálogo ainda pouco abordado nos estudos de cultura política, que diz respeito ao aspecto regional para o caso brasileiro.

Voltando a dialogar com a questão central da pesquisa, dois pontos foram percebidos com maior destaque: primeiro, que a adesão à democracia no Nordeste acompanha a média nacional e se destaca como a maior em nível regional. O segundo ponto é que essa adesão é acompanhada pela maior porcentagem entre as regiões que cedem maior abertura a princípios autoritários e a valorização materialista. Temos a convivência de uma

adesão normativa à democracia com dilemas persistentes no que tange à resolução das necessidades mais urgentes da população.

Uma das interpretações que podem ser dadas a isso se encontra exatamente nas desigualdades e nas necessidades materiais prementes que o país como um todo, mas que o Nordeste, em especial, possui. Essa relação foi reforçada quando relacionada com as dificuldades de avanço dos princípios pós-materialistas na América Latina identificadas por Ribeiro e Borba (2010). Os resultados da pesquisa reforçam também que, em termos de qualidade, nossa democracia ainda encontra dificuldades. A principal delas é a capacidade em lidar com o social e dar as respostas esperadas pelas pessoas. As dificuldades de sustentação que a democracia enfrentou nos últimos anos mostram o quanto a democracia pode ser frágil em contextos sociais mais complexos, e que muitos grupos enfrentam tais contextos de forma mais violenta que outros. Nesse sentido, um desafio importante que os estudos sobre a democracia no país têm de enfrentar é justamente o monitoramento acerca destes valores. O risco de quebra do chamado “paradoxo da legitimidade democrática” postulado por Moisés (1995) na direção de levar a adesão normativa a despencar junto dos baixos índices de aprovação da democracia em concreto não deve ser desprezado.

Um contexto como este demanda atuação eficiente do Estado na resolução dos problemas concretos dos cidadãos, especialmente das parcelas mais pobres da população brasileira. Aumentar o acesso a serviços básicos de educação, saúde e segurança, acompanhado de incremento de empregos, oportunidades e poder de consumo é um caminho necessário para que voltemos a pensar democracia em um sentido substantivo. A partir de melhorias no bem-estar geral da população brasileira, pode-se investir, cada vez mais, na qualidade dos serviços e em uma valorização da democracia não somente como valor abstrato, mas também em suas práticas, como instrumento fundamental para uma vida melhor e mais digna. Enquanto persistir a incerteza sobre a capacidade do regime democrático em melhorar as condições sociais objetivas, persistirá a incerteza sobre o próprio regime democrático para uma grande porção dos indivíduos. E enquanto persistir a incerteza sobre o regime democrático, persistirá a ameaça autoritária de oferecer soluções simples para problemas absolutamente complexos, soluções estas que tendem a apenas reproduzir e aprofundar as desigualdades e injustiças já existentes no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic culture: political attitudes and democracy in five nations*.

Boston: Little, Brown and Company, 1965.

A desigualdade de renda no Brasil é alta. E vai piorar. *Nexo Jornal*, 2020. Disponível em: <https://www.nexo-journal.com.br/expresso/2020/05/11/a-desigualdade-de-renda-no-brasil-e-alta-e-vai-piorar>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ALMEIDA, Alberto Carlos; GARRIDO, Tiago. *A mão e a luva: o que elege um presidente*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Escolaridade - 2020*. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/escolaridade.html>. Acesso em: 08 mar. 2020.

ASSIS, Marlúcia Ana O. et al. Desigualdade, pobreza e condições de saúde e nutrição na infância no Nordeste brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2337-2350, out. 2007.

BAQUERO, Marcello. *Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil*. Opinião Pública, Campinas, 2008.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo. *Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial: uma análise pós-eleição de 2014*. Opinião Pública, Campinas, p. 505, 2016.

BORBA, Julia; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. *Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional*. Opinião Pública, Campinas, vol. 27, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia>. Acesso em: 05 mar. 2020.

CESOP. *Estudo Eleitoral Brasileiro - ESEB 2018*. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/democracia/survey/detalhes/id/59/titulo/Estudo%20Eleitoral%20Brasileiro%20-%20ESEB%202018/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência reversa. *Política e Sociedade*, n. 5, out. 2004.

G1. Desigualdade de renda cresce no Nordeste e diminui nas demais regiões, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/desigualdade-de-renda-cresce-no-nordeste-e-diminui-nas-demas-regioes-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 12 de novembro de 2024.

EASTON, David. *A Systems Analysis of Political Life*. Nova York: John Wiley, 1965.

FUKS, Mario et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democratas são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 199-219, jan./abr. 2016.

IBGE/PNAD. Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wpcontent/uploads/2020/12/04.03_Cartilha_DH_compressed.pdf. Acesso em: 08 mar. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD mostra que a taxa diminuiu, contudo, o combate ao analfabetismo deve ser firme e contínuo. Disponível em: <https://blog.wyden.com.br/noticias/pesquisa-do-ibge-aponta-que-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos/#:~:text=com%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20regi%C3%B5es%20do,taxas%2C%203%2C%25>. Acesso em: 03 mar. 2022.

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MIGUEL, Luís Felipe (org.). *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MIGUEL, Luís Felipe. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MÖLLER, Gabriela Samrsl, MARCO Cristhian Magnus de. Podemos falar em “Crise da Democracia Brasileira”? Das Possíveis Causas e Propostas para o Fortalecimento Democrático. *Revista Direitos Humanos e Democracia*. Editora Unijuí, 2023.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados de democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 276, nov. 2010.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 13, fev. 2008.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova Especial: Cultura Política*, n. 26, p. 5-51, 1992.

POCHMANN, Marcio; SILVA, Caetano Luciana da. Concentração espacial da produção e desigualdade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, 2020.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, jun. 2010.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 103-133, jul./dez. 2008.

ROUBICEK, Marcelo. A fila do bolsa família e a redução de beneficiários. *Nexo Jornal*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/23/A-fila-do-Bolsa-Fam%C3%ADlia.-E-a-redu%C3%A7%C3%A3o-de-benefici%C3%A1rios>. Acesso em: 14 maio 2021.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, p. 26-37, 1994.

SOUZA, Bruno Mello. Impactos das opiniões a respeito da democracia brasileira sobre as escolhas do eleitor “Terceira Via” nas eleições presidenciais (2002-2014). *Política Hoje*, 2020.

TELLES, Vera. *Cultura da dádiva, cidadania ao avesso*. Anpocs, 1994.

WELZEL, Cristhian. Por que o futuro é democrático? *World Values Survey*, 2021. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSNewsShow.jsp?ID=440>. Acesso em: 14 mar. 2021.

**POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA AO ADOLESCENTE INFRATOR: O PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO (SINASE)**

**PUBLIC POLICY AIMED AT ADOLESCENT OFFENDERS: THE PEDAGOGICAL
POLITICAL PROJECT IN THE NATIONAL SOCIO-EDUCATIONAL CARE
SYSTEM (SINASE)**

**POLÍTICA PÚBLICA DIRIGIDA A ADOLESCENTES INFRACTORES: EL
PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO EN EL SISTEMA NACIONAL DE
ATENCIÓN SOCIOEDUCATIVA (SINASE)**

■ MARIA CHRISTINA DOS SANTOS¹

ORCID: 0009-0009-1546-0601

■ BRUNO MARTINS AUGUSTO GOMES²

ORCID: 0000-0003-1889-069X

RESUMO

O Projeto Político Pedagógico (PPP), ferramenta de planejamento e gestão escolar, é linha mestra das ações educativas. As unidades de privação de liberdade e os programas de atendimento em meio aberto do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – política pública destinada ao adolescente infrator em cumprimento de medidas socioeducativas – também têm o dever de elaborar os seus respectivos PPP. Esse Sistema tem interface com os sistemas de educação, saúde, assistência social, entre outros, com o intuito de garantir a efetivação dos direitos individuais e sociais do adolescente. Por essa razão, o PPP no SINASE deve ser construído coletivamente, de forma articulada e intersetorial. Esta pesquisa teve por objetivo apresentar especificidades e desafios na elaboração do PPP no SINASE. Metodologicamente, consistiu em ensaio elaborado a partir da análise e discussão de fontes bibliográficas e documentais. Como resultado, este ensaio evidenciou a complexidade da elaboração e implementação do referido instrumento de planejamento e gestão educacional, inclusive pelo fato de o SINASE ser composto, em sua maioria, por profissionais sem formação pedagógica, o que dificulta o entendimento da equipe quanto à predominância do sentido pedagógico das ações em relação ao seu caráter punitivo e repressivo. Em sua conclusão, considerando-se os desafios apontados, este ensaio sugere a análise de como se processa a articulação e a intersetorialidade na execução do PPP, especialmente em se tratando de unidades de privação de liberdade.

Palavras-chave: Política Pública; Adolescente Infrator; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Projeto Político Pedagógico.

RESUMEN

El Proyecto Político Pedagógico (PPP), instrumento de planificación y gestión escolar, es la directriz de las acciones educativas. Las unidades de privación de libertad y los programas de atención abierta del Sistema Nacional de Atención Socioeducativa (SINASE) - política pública dirigida a adolescentes infractores en cumplimiento de medidas socioeducativas - también tienen el deber de elaborar sus respectivos PPP. Este sistema interactúa con los sistemas de educación, salud y asistencia social, entre otros, para garantizar la realización de los derechos individuales y sociales de los adolescentes. Por esta razón, el PPP en el SINASE debe ser construido colectivamente, de forma articulada e intersectorial. El objetivo de esta investigación fue presentar las especificidades e desafíos del PPP en el SINASE. Metodológicamente consistió en un ensayo, elaborado a partir del análisis y discusión de fuentes bibliográficas y documentales. Como resultado, este ensayo puso en evidencia la complejidad de la elaboración e implementación de este instrumento de planificación y gestión educativa, incluyendo el hecho de que el SINASE está compuesto, en su mayoría, por profesionales sin formación pedagógica, lo que dificulta la comprensión por parte del equipo del predominio del sentido pedagógico de las acciones sobre su carácter punitivo y repressivo. En su conclusión, considerando las especificidades señaladas, este ensayo sugiere analizar cómo se procesan la articulación y la intersectorialidad en la implementación del PPP, especialmente en el caso de las unidades de privación de libertad.

Palabras clave: Política pública; Adolescentes infractores; Sistema Nacional de Atención Socioeducativa; Proyecto político pedagógico.

ABSTRACT

The Pedagogical Political Project (PPP), a school planning and management tool, is the main line of educational actions. The deprivation of liberty units and the open service programs of the National Socio-educational Assistan-

1 - Maria Christina dos Santos. E-mail: m.christina.s2011@gmail.com

2 - Bruno Martins Augusto Gomes. E-mail: brunogomes@ufop.edu.br.

ce System (SINASE) – a public policy aimed at adolescent offenders in compliance with socio-educational measures – also have the duty to prepare their respective PPPs. This System has an interface with the education, health, social assistance system, among others, with the aim of guaranteeing the realization of the individual and social rights of adolescents. For this reason, the PPP in SINASE must be built collectively, in an articulated and intersectoral way. This research aimed to present specificities and challenges of the PPP at SINASE. Methodologically, it consisted of an essay, prepared based on the analysis and discussion of bibliographical and documentary sources. As a result, this essay highlighted the complexity of the elaboration and implementation of the afore mentioned educational planning and management instrument, including the fact that SINASE is composed, for the most part, of professionals without pedagogical training, which makes it difficult for the team to understand the predominance of the pedagogical meaning of actions in relation to their punitive and repressive character. In its conclusion, considering the challenges pointed out, this essay suggests the analysis of how articulation and intersectorality are processed in the execution of PPP, especially when it comes to units executing custodial measures.

Keywords: Public policy; Adolescent offender; National Socio-Educational Service System; Pedagogical political project.

INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro assegura direitos fundamentais à população infanto-juvenil e estabelece a gestão democrática do ensino público como um de seus princípios (Brasil, 1988; 1990; 1996; 2006; 2012).

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma forma de expressão da democratização da educação. Trata-se de instrumento de planejamento e gestão educacional, cuja elaboração e execução incumbe aos profissionais da área pedagógica e administrativa do estabelecimentos de ensino envolvendo, também, alunos e seus familiares (Brasil, 1996). A sua elaboração demanda “empenho coletivo” (Veiga, 2008, p. 33).

A obrigatoriedade de sua elaboração, prevista na Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), extrapolou o âmbito escolar, alcançando as unidades socioeducativas³ e os programas que integram o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁴, desde 2006 (Brasil, 2006).

O SINASE é uma política pública direcionada a adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de medidas socioeducativas aplicadas judicialmente, política esta disposta na Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Ao traçar suas diretrizes pedagógicas, a referida Resolução

atribuiu ao PPP o status de “ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo” (Brasil, 2006, p. 47).

Conforme já mencionado, o PPP foi idealizado para ser construído sob a perspectiva democrática, contando com a participação da comunidade escolar. No contexto do SINASE, cada unidade privativa de liberdade e programa de execução de medidas em meio aberto deve elaborar o seu respectivo PPP. Devem ser compostos coletivamente pelos profissionais de diferentes áreas e especialidades que compõem o seu quadro de pessoal, articuladamente com profissionais das políticas de educação, assistência social, saúde, profissionalização, esporte, entre outras. Logo, são elaborados e implementados de forma articulada, multidisciplinar e intersetorial, visando assegurar a efetivação dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente ao adolescente.

Mas há desafios na política pública voltada ao adolescente infrator relacionados à elaboração do PPP. O primeiro consiste no fato de a maioria dos responsáveis por sua elaboração não terem, necessariamente, formação pedagógica, o que dificulta a preponderância do sentido educativo das ações. Destaca-se, também, como desafios a própria intersectorialidade e a promoção da participação conjunta e efetiva dos diversos profissionais que compõem a esfera governamental na elaboração do documento. A falta da efetiva participação referida pode comprometer a qualidade da implantação e execução trabalho socioeducativo (Molina e Souza Neto, 2018).

O presente estudo tem por objetivo apresentar especificidades e desafios na elaboração do Projeto Político Pedagógico no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que, por sua vez, está inserido no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Para tanto o trabalho consistiu em um ensaio elaborado a partir da análise e discussão de fontes bibliográficas e documentais. Após escolha do tema e pesquisa bibliográfica preliminar, deu-se a identificação das fontes “[quais sejam], obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos [...]” (Gil, 2010, p. 49), tanto em bibliotecas convencionais quanto em bases de dados e em sistemas de busca. Foi realizada uma leitura exploratória e analítica desse material, para se chegar à leitura interpretativa.

Quanto ao delineamento da pesquisa documental, após a definição e elaboração do plano de trabalho, deu-se a identificação das fontes – documentos oficiais acessados por meio físico e eletrônico. Na sequência, ocorreu a análise e interpretação do material selecionado e redação do trabalho (Gil, 2010). As fontes utilizadas nessa etapa foram a Constituição Federal, leis federais – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei do Sistema Nacional Socioeducativo –, normativa internacional e resoluções do CONANDA. Entre estas, merece destaque a Resolução nº 113/2006, que dispõe sobre o SGD e a

3 - “Unidade é o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico” (Brasil, 2006, p.51). Trata-se das unidades de atendimento socioeducativo de internação e de semiliberdade onde são cumpridas as medidas privativas de liberdade.

4 - Segundo a Lei 12.594/2012, art. 1º, §1º - Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (Brasil, 2012).

Resolução nº 119/2006 que apresenta parâmetros de gestão pedagógica no atendimento socioeducativo.

DESENVOLVIMENTO

Nesta seção são trazidas reflexões sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) – estrutura da política de atendimento da criança e do adolescente –, com enfoque no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Este é um subsistema que integra um dos eixos do SGD e dispõe sobre a execução de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais. A seção aborda, também, especificidades e desafios para a composição dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades privativas de liberdade e programas de execução de medidas em meio aberto.

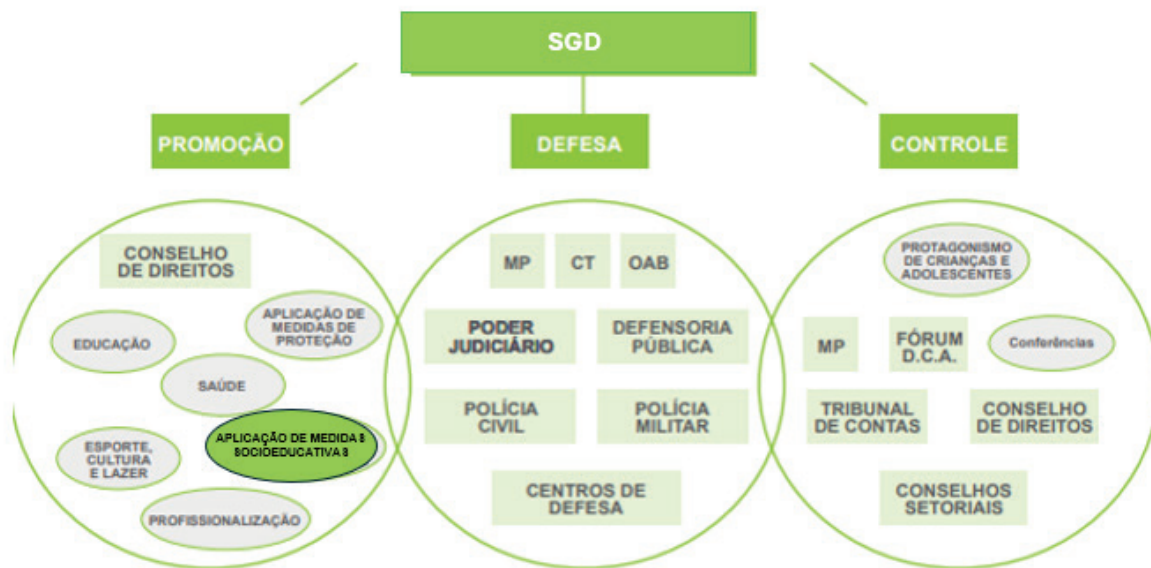
O SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Doutrina da Proteção Integral foi adotada pela Consti-

tuição Federal, sendo a base filosófica da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA reconhece crianças e adolescentes como pessoas em peculiar fase de desenvolvimento biopsicossocial, sujeitos de direitos fundamentais e destinatários de prioridade absoluta. O artigo 3º do ECA estabelece que devem ser asseguradas aos seus destinatários todas as oportunidades para o seu “desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Brasil, 1990), visando a sua autonomia para o pleno exercício da cidadania.

O ECA dispõe sobre a política de atendimento da população infanto-juvenil, o denominado SGD, cujos parâmetros de institucionalização e fortalecimento foram aprovados pela Resolução 113/2006, do CONANDA (Brasil, 1990; 2006). Esse sistema pode ser compreendido como: “conjunto de instituições, princípios, regras, objetivos e metas que dirigem a elaboração de planos destinados à tutela dos direitos da população infanto-juvenil, permitindo (...) a materialização do que é determinado, idealmente, pela ordem jurídica” (Tavares, 2017, p. 468). A Figura 1 permite a sua visualização e de seus eixos.

FIGURA 1 - O SGD E SEUS EIXOS



FONTE: PARANÁ, 2013, P. 110.

O SGD estabelece como deve se processar a articulação e integração das instâncias públicas e da sociedade civil quanto às políticas de promoção, defesa e controle dos direitos (Brasil, 1990; 2006).

Oportuno destacar que o SINASE relaciona-se à execução das medidas de privativas e restritivas de liberdade (Internação e Semiliberdade) e àquelas a serem cumpridas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), todas previstas no ECA (Brasil, 1990). Logo, conforme destacado na Figura 1, pode-se observar que o SINASE – enquanto subsistema do SGD – está inserido no eixo de promoção dos direitos, juntamente com as políticas voltadas aos direitos sociais, como educação, saúde, esporte e lazer, previstos constitucionalmente.

O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

Antes de proceder à abordagem o SINASE, é imprescindível identificar quem é reconhecido, juridicamente, como adolescente e no que consiste o ato infracional. Faz-se necessário identificar, também, as medidas socioeducativas e quais são executadas pelos programas de restrição e privação de liberdade.

Conforme previsto pelo ECA, adolescente é a pessoa com idade compreendida entre 12 e 18 anos. A referida Lei estabelece que essa pessoa torna-se infratora ao praticar ato infracional, ou seja, conduta reconhecida como crime ou

contravenção penal. Após processada e julgada, pode vir a ser sentenciada ao cumprimento de medidas protetivas e socioeducativas (Brasil, 1990).

O ECA estabelece seis medidas socioeducativas, a saber: a) Advertência – ocorre em audiência, esgotando-se em si mesma; b) Obrigação de Reparar o Dano – passível de aplicação nas hipóteses de conduta com consequências patrimoniais; c) Prestação de Serviços à Comunidade – consiste na realização de tarefas, não remuneradas, de interesse geral; d) Liberdade Assistida – implica no acompanhamento e orientação por prazo mínimo de seis meses; e) Semiliberdade – efetiva-se com restrição de liberdade em local designado para esse fim, com possibilidade de atividades externas e; f) Internação – caracteriza-se pela privação de liberdade por prazo não superior a três anos (Brasil, 1990).

As medidas socioeducativas são dotadas de finalidade pedagógica e sancionatória: visam a responsabilização, mas também a integração social e garantia dos direitos do adolescente (Brasil, 2006; 2012).

As políticas centradas no adolescente autor de atos infracionais – em cumprimento de medidas socioeducativas – organizam-se sob o SINASE. Foi aprovado pela Resolução nº 119/2006 do CONANDA e instituído pela Lei nº 12.594/2012 – Lei do SINASE – que regulamentou a execução das medidas socioeducativas (Brasil, 2006; 2012). Esse sistema “articula os três níveis de governo para o desenvolvimento desses programas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado” (CONANDA, 2006, p. 14). Compete à União formular e coordenar a política nacional de atendimento socioeducativo, enquanto os Estados e Municípios detêm a competência de formular, instituir e manter, respectivamente, o Sistema Estadual e o Sistema Municipal de Atendimento (Brasil, 2016).

Em síntese, o SINASE é um dos subsistemas do SGD que têm conexão com outros sistemas (Figura 2) e políticas que aliam responsabilização quanto às consequências deletérias do ato praticado e a garantia de seus direitos individuais e sociais.

FIGURA 2 - O SINASE E ALGUMAS DE SUAS INTERLOCUÇÕES



FONTE: BRASIL, 2006, P. 23.

Pode-se verificar a lógica da intersetorialidade do SINASE diante da imprescindibilidade de as várias políticas setoriais atuarem conjuntamente, inclusive, com sistema de justiça, frente aos desafios da socioeducação (Brasil, 2006; 2012), conforme demonstrado na Figura 2. Ao discorrer sobre ela, Motti (2015) afirma que a atuação nessa área “requer um olhar compartilhado de todos os setores institucionais, para compreender e atuar de forma conjunta (...)” (Motti, 2015, p. 17). Ou seja, “as necessidades do adolescente devem ser contempladas mediante a articulação entre políticas de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e justiça” (ILANUD, 2004, p. 33).

Essa necessidade de integração das várias áreas para a composição do sistema é definida por Diniz e Machado (2018) como incompletude intutucional da seguinte forma:

(...) nem algum dos órgãos que compõem o

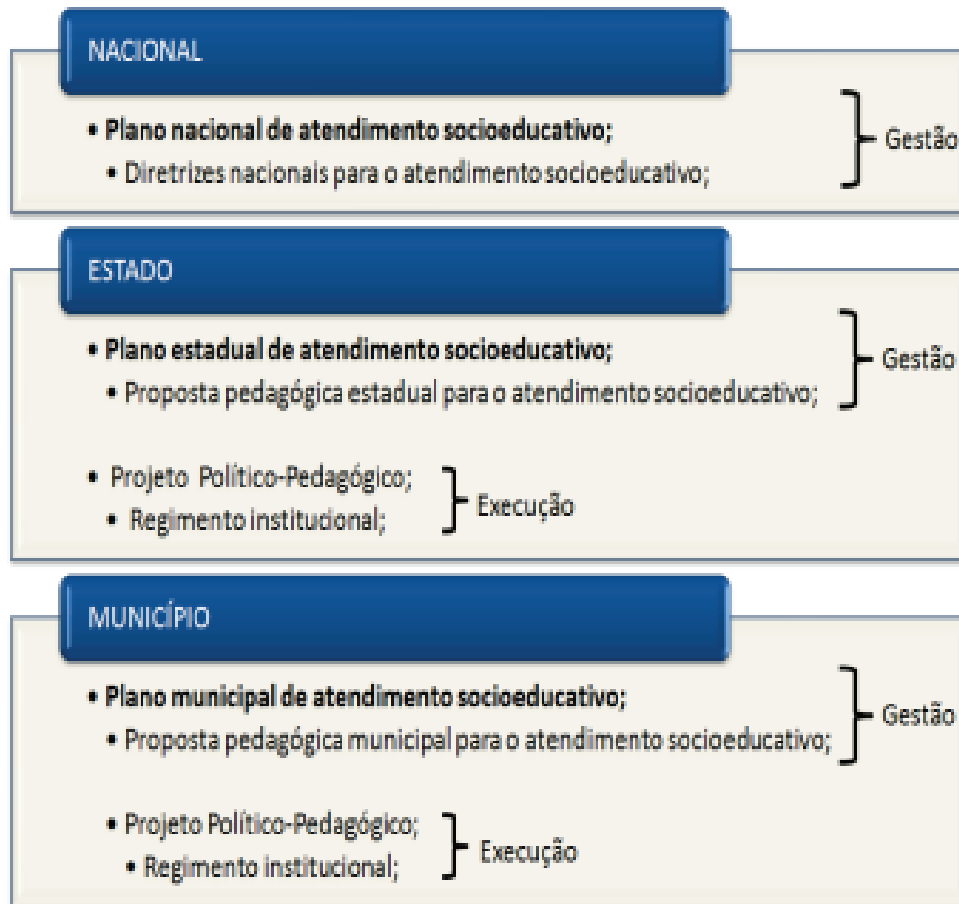
sistema socioeducativo por si só, nem a sociedade, são suficientes para que a intervenção socioeducativa seja efetiva (...). Deste modo, não é opcional ao gestor do sistema buscar a articulação: quem atua no meio fechado, e, portanto, no sistema estadual, por exemplo, deve necessariamente buscar a articulação com o sistema municipal para a continuidade dos atendimentos após a desinternação e, ao gestor do sistema municipal, compete também buscar parcerias com a sociedade civil para oferta de oficinas ao adolescente que cumpra medidas em meio aberto (Diniz; Machado, 2018, p. 76).

A Lei do SINASE dispõe sobre a elaboração de planos de atendimento pelas três esferas de governo, indispensáveis à

gestão da execução da política. Atribui à União a construção do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo com o propósito de nortear “o planejamento, a construção, a execução, o monitoramento e a avaliação dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais Decenais [...]” (Brasil, 2013, p. 5).

A mencionada Lei estabelece aos Estados a competência de criar, desenvolver e manter programas direcionados às medidas de Semiliberdade e Internação, e ao Municípios, para a execução das medidas em meio aberto. A Figura 3 ilustra as interfaces da gestão e da execução da política.

FIGURA 3 - INTERFACES DA GESTÃO E DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA



FONTE: COSTA; ZANELLA, 2015, P. 40.

Conforme pode ser observado na Figura 3, as entidades de atendimento e programa de execução de medidas socioeducativas têm o dever de elaborar o seu respectivo PPP, em consonância com as diretrizes estabelecidas nacionalmente e proposta pedagógica regional ou local (Brasil, 1996; 2006; 2012; Costa, 2023). Esse documento é indispensável na composição do Plano de Atendimento, como se verá na sequência.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SINASE

O PPP no SINASE – cuja elaboração está fundamentada

na Constituição Federal, no ECA, na LDB, na Resolução 119/2006 do CONANDA e na Lei do SINASE – orienta-se, também, pela normativa internacional⁵. Deve ser elaborado pelos programas de atendimento socioeducativo, quer de execução de medidas em meio aberto, quer de restrição ou privação de liberdade.

Reconhecido como “ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo” (CONANDA, 2006, p. 47), o PPP constitui-se em ferramenta de planejamento que norteia a organização das ações educativas, constituindo-se em diretriz da metodologia e da política de atendimento (Veiga, 2008; Brasil, 2006; Zanella, 2011; Menegat, Sarmiento, Rangel, 2018).

5 - Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude – Regras de Beijing (1985); Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de Riad (1985); e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados da Liberdade (1990) (Brasil, 2006).

É estruturado pelos marcos situacional, conceitual e operacional. O primeiro refere-se à base física da unidade prestadora do atendimento, o segundo apresenta o seu marco teórico-metodológico e o último estabelece as suas linhas de ação (Costa; Zanella, 2014).

Ainda, deve estar vinculado aos eixos ou feixes dos direitos fundamentais previstos no ECA que, conforme Costa e Zanella (2014), devem constar do marco situacional – no diagnóstico da entidade – e estar inseridos nos demais marcos. São eles: a) direito à vida e à saúde; b) direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; c) direito à convivência familiar e comunitária; d) direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e) direito à profissionalização e proteção no trabalho (Brasil, 1990).

O PPP deve especificar os programas, projetos e atividades desenvolvidas pela instituição ou em parceria com a rede de atendimento e o seu relacionamento com as famílias e com a comunidade, contemplando os referidos eixos (Costa; Zanella; 2014).

A título de exemplo, o Programa de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná apresenta um roteiro orientador para elaboração do PPP das unidades de internação e semiliberdade (Paraná, 2017). Segundo o Código de Normas e Procedimentos, instituído pela Resolução nº 44/2016 – GS/SEJU, emitido pelo Gabinete da então denominada Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, cada unidade de atendimento, bianualmente, deve apresentar o PPP ao gestor estadual. Esse documento, então, deve ser encaminhado ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) (Paraná, 2016).

O Quadro 1 traça uma comparação entre o sistema educacional e o SINASE, no que se refere aos atores responsáveis pela elaboração do PPP.

QUADRO 1 – PARALELO ENTRE O PPP NO SISTEMA EDUCACIONAL E NO SINASE

	Sistema Educacional	SINASE
Responsáveis pela elaboração e execução do ppp	Integrantes da comunidade escolar: diretor, pedagogos, professores, servidores da área administrativa, alunos, pais ou responsáveis	Integrantes da rede interna da unidade/programa: equipe técnica – profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, entre outras – , equipe administrativa, socioeducadores, colaboradores em geral e socioeducandos. Profissionais das políticas setoriais das áreas da educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte, lazer e profissionalização.

FONTE: ELABORAÇÃO DOS AUTORES.

No paralelo traçado no Quadro 1 entre o PPP no sistema educacional e no SINASE, constata-se maior complexidade na elaboração e execução do segundo em relação ao primeiro. Num estabelecimento regular de ensino, os atores envolvidos são integrantes da comunidade escolar, restando evidente o predomínio de profissionais da área pedagógica. No que tange ao SINASE, observa-se em sua rede interna –

ou quadro de pessoal – o predomínio de profissionais sem tal formação. Maciel e Adimari (2015) afirmam que essa peculiaridade dificulta o entendimento da equipe quanto à prevalência do sentido pedagógico das ações em relação ao seu caráter punitivo e repressivo.

Como expõem Molina e Souza (2018, p.253):

Na vida real, descobriu-se que toda instituição tem seu PPP, contudo esses projetos, em maioria, são escritos sem a participação da equipe que executa as medidas e de seus usuários, o que pode trazer impacto sobre a qualidade do trabalho socioeducativo realizado.

Assim, a intersetorialidade é outro fator que traz complexidade ao PPP. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa “deve ser tratado, por diferentes instâncias, (...) sujeitos e instituições, mas com os mesmos princípios teórico-metodológicos, que possam assegurar seus direitos para o exercício da cidadania [...]” (Maciel e Adimari, 2015, p. 52).

Lima e Francisco (2023) também fazem referência à dificuldade do PPP no SINASE, uma vez que tanto a sua elaboração quanto a sua implementação devem se dar de forma participativa, articulando – inclusive – os atores das políticas setoriais da educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte, lazer e profissionalização. Silva e Gomes (2019) ao analisarem o Sistema Socioeducativo no Estado da Paraíba, identificam a necessidade de uma melhor estrutura tanto física quanto pedagógica assim como uma maior valorização dos profissionais.

No que tange, especificamente, à interface do SINASE e do sistema educacional, Adimari (2014) destaca que tanto a educação quanto a socioeducação são instâncias que direcionam a sua ação para o mesmo sujeito: o adolescente. A diferença está no fato de que este se encontra em cumprimento de medida socioeducativa. Logo, afirma ser razoável o diálogo entre atores desses sistemas, “para que as ações de ambas sejam incluídas e exitosas” (Adimari, 2014, p. 412).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teve por objetivo apresentar as especificidades na elaboração do PPP no SINASE – subsistema do SGD, inserido no eixo de promoção de direitos, juntamente com os subsistemas de educação, saúde, esporte, entre outros.

As unidades de privação de liberdade e os programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto – que compõem o SINASE –, tal qual os estabelecimentos escolares – do sistema de educação –, têm o dever de construir o seu respectivo PPP. O paralelo traçado entre ambos evidenciou maior complexidade tanto na elaboração quanto na execução do referido instrumento no sistema socioeducativo. Tal inferência baseou-se em dois fatores, quais sejam, o predomínio, em sua rede interna, de profissionais sem formação pedagógica – o que dificulta o entendimento

da prevalência do caráter pedagógico em relação ao caráter sancionatório da medida –, e a intersetorialidade – que demanda articulação com outros sistemas, políticas e instituições, na busca do desenvolvimento integral e preparo para o exercício da cidadania do adolescente.

Considerando-se as especificidades apontadas neste ensaio, sugere-se o avanço deste estudo inicial analisando-se como se dá, na prática, a articulação e a intersetorialidade na elaboração e implementação do PPP de unidades de privação de liberdade, frente aos desafios da socioeducação. Exemplificando-se, no Estado do Paraná existe uma única unidade feminina, denominada “Centro de Socioeducação Joana Richa” – CENSE Joana Richa. Logo, presume-se ser um desafio elaborar e implementar o PPP de forma articulada, interdisciplinar e intersetorial, conforme legalmente estabelecido, considerando-se o referido CENSE acolhe adolescentes oriundas dos seus 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Estado.

Para a obtenção de dados nessas investigações futuras, sugere-se a realização de entrevistas com gestores dos vários sistemas estaduais, diretores e profissionais que atuam no meio fechado, e integrantes de Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dessa forma, os dados obtidos permitirão identificar o processo de atualização dos PPP, suas limitações e propostas para o aperfeiçoamento da referida política pública voltada ao adolescente infrator.

REFERÊNCIAS

- ADIMARI, M.F. O Projeto Político-pedagógico: articulação em Rede. In: Aspectos do direito, da educação e da gestão no SINASE : formação continuada de socioeducadores : caderno 5 / Maria Fernandes Adimari, Paulo Cesar Duarte Paes, Ricardo Peres da Costa, organizadores. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.
- BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jan 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Resolução 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Resolução 119, de 11 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências.
- COSTA, A. C. G. da. O ECA e outras políticas sociais. In: Fundação Telefônica: promemino, 2016. Disponível em: <http://www.promemino.org.br/noticias/especiais/o-eca-e-outras-politicas-sociais>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- COSTA, A. P. M. Olhar sobre as conclusões finais da pesquisa de avaliação do SINASE. In: AMARAL, N. S.; SA-RAIVA, J. B. C. JESUS, E. L. S. (Orgs.). SINASE (Lei n. 12.594/2012): uma abordagem transdisciplinar entre a teoria e a prática. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2023. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/sinase-lei-n-12-594-2012-uma-abordagem-transdisciplinar-entre-a-teoria-e-a-pratica.pdf>. p 67-86. Acesso em: 12 jan. 2024.
- COSTA, R. P.; ZANELLA, M. N. Os fundamentos problematizadores da práxis e o Projeto Político-Pedagógico da Socioeducação. In: ADIMARI, M. F.; PAES, P. C. D.; COSTA, R. P. (Orgs.). In: Formação Continuada de Socioeducadores: aspectos do direito, da educação, e da gestão do Sinase. Campo Grande, MS: UFMS, 2014. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS.%202014.%20Caderno%205.%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada%20de%20socioeducadores.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.
- COSTA, R.P.; ZANELLA, M. N. Planos, projetos, propostas, regimentos e manuais: refletindo sobre os documentos institucionais da socioeducação e suas intencionalidades. In: PAES, P. C. D.; ADEMARI, M. F.; COSTA, R. P. (Orgs.). Socioeducação e intersetorialidade: formação continuada de socioeducadores. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS.%202015.%20Caderno%206.%20Livro%20intersectorialidade%20-%20completo.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

DINIZ, M. L.; MACHADO, T. M. Instrumentos legais, normativos e princípios jurídicos do Sistema Socioeducativo. In: Cadernos de socioeducação: fundamentos da socioeducação. Alex Sandro da Silva [et al.] (Orgs). Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Caderno_Fundamentos_da_Socioeducacao__2.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – Brasil. Guia teórico e prático de medidas socioeducativas. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2004. Disponível em: <tps://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Guia-teorico-e-pratico-de-medidas-socioeducativas>. Acesso em: 10 jul 2024.

LIMA, A. S; FRANCISCO, J. C. Os planos de atendimento socioeducativo previstos no SINASE. In: AMARAL, N. S.; SARAIVA, J. B. C. JESUS, E. L. S (org). SINASE (Lei n. 12.594/2012): uma abordagem transdisciplinar entre a teoria e a prática. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2023. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/sinase-lei-n-12-594-2012-uma-abordagem-transdisciplinar-entre-a-teoria-e-a-pratica.pdf>. Acesso: 9 jan 2024. Acesso em: 23 jan. 2024.

MACIEL, C. E.; ADIMARI, M. F. Projeto pedagógico e socioeducação: a educação como possibilidade de superação. In: PAES, P. C. D.; ADEMARI, M. F.; COSTA, R. P. (Orgs.). Socioeducação e intersectorialidade: formação continuada de socioeducadores. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS.%202015.%20Caderno%206.%20Livro%20intersectorialidade%20-%20completo.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

MENEGAT, J.; SARMENTO, D. F.; RANGEL, M. (Im) possibilidades da revitalização do projeto político-pedagógico de uma Rede Municipal de Ensino em uma perspectiva. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/i/2018.v44/>. Acesso em 5 jan. 2024.

MOLINA, S.M.; SOUZA NETO, J.C. A prática pedagógica em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto: o desenvolvimento do projeto político-pedagógico como base

do trabalho socioeducativo. In: Revista de Ciências da Educação. Americana, SP, ano XX, v. 20, n. 42, jul./dez. 2018.

MOTTI, A. Incompletude institucional na execução das medidas socioeducativas. In: PAES, P. C. D.; ADEMARI, M. F.; COSTA, R. P. (Orgs.). Socioeducação e intersectorialidade: formação continuada de socioeducadores. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS.%202015.%20Caderno%206.%20Livro%20intersectorialidade%20-%20completo.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PARANÁ. Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Org.); Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Equipe técnica). Plano decenal dos direitos da criança e do adolescente do Estado do Paraná: 2014-2023. Curitiba: SECS, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Resolução n° 44/2016 – GS/SEJU. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-02/resolucaodocodigoe-normasdease_2.pdf. Acesso em 10 jul.2024.

PARANÁ. Programa de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná. 2017. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/programaatendimentodease_web_final.pdf. Acesso em: 5 maio 2024.

SILVA, G. N. da; GOMES, G. dos S. Sistema Socioeducativo no estado da Paraíba: avanços e desafios. Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2017v10n2.43981>. Acesso em: 2 nov. 2024.

TAVARES, P. S. A política de atendimento. In: MACIEL, K. R. F. L. A. (Coord.). Curso de Direito da Criança e do Adolescente – aspectos teóricos e práticos. 10 Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 24 Ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

ZANELLA, M. N. Bases teóricas da socioeducação: análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei. 2011. 209 f. Dissertação (Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei), Universidade Bandeirante, São Paulo. 2011. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/3306/1/MARIA%20NILVANE%20ZANELLA.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2024.